

ATA N.º 10/XII/2020

Reunião Ordinária de 27/05/2020

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano dois mil e vinte, no Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, pelas quinze horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita, sob a Presidência do Sr. Presidente Rui Manuel Marques Garcia e com a presença dos Srs. Vereadores Luís Fernando Marta Ribeiro Chula, Daniel Vaz Figueiredo, Carlos Edgar Rodrigues Albino, Vivina Maria Semedo Nunes, Joaquim Inácio Raminhos Cabaça, Miguel Francisco Amôedo Canudo, Filomena Maria da Silva Magalhães Ventura e Luís Fernando Vaz do Nascimento.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

1. IMPLEMENTAÇÃO DA CHAVE MÓVEL DIGITAL	22
2. ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS	24
3. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO COMODATO ASSOCIAÇÃO DE MORADORES – CENTRO DE CONVÍVIO DOS BREJOS DA MOITA	24
4. APROVAÇÃO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO DO MUNICÍPIO DA MOITA	26

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente apresentou para conhecimento:

- A posição atual do Orçamento da Receita do presente ano, o resumo da posição do Orçamento da Despesa, assim como o Resumo Diário da Tesouraria.

Pelo Sr. Presidente foi, ainda, apresentada uma Moção sobre o encerramento da agência do Millennium BCP, na freguesia de Alhos Vedros, que abaixo se transcreve:

Moção

“Os serviços bancários são essenciais, e a sua proximidade física condição fundamental para o fácil acesso, não sendo substituíveis, para largos sectores da população, pelas soluções tecnológicas e plataformas virtuais, às quais não consegue, ou não tem os meios para aceder.

A banca, particularmente a banca privada, tem sido objecto de um tratamento de excepção, com apoios por parte do Estado, que totalizam milhares de milhões de euros de fundos públicos, para, com o argumento dos perigos da sua instabilidade para o funcionamento da economia, a salvar da crise na qual têm fortíssimas responsabilidades próprias.

O apoio à banca, contrastante com a desprotecção em que as famílias e os trabalhadores foram colocados nos momentos de maior aperto, é muitas vezes incompreensível para o comum cidadão, confrontado com os brutais sacrifícios impostos. Até por isto, seria de esperar que as entidades bancárias entendessem o seu papel na economia, participando, com elevada responsabilidade e empenho, no seu relançamento.

No entanto, verifica-se que a sua preocupação continua a ser a maximização do lucro, esquecendo no primeiro momento as obrigações, não hesitando em reduzir custos operacionais, despedindo trabalhadores, reduzindo serviços e encerrando balcões.

É neste contexto que, com surpresa, foi recebido o anúncio do encerramento do balcão do Millennium BCP de Alhos Vedros, situação a todos os títulos incompreensível e lamentável, já que este, sendo actualmente o único banco a operar na freguesia, regista uma procura elevada, nada levando a prever uma decisão desta natureza.

Este é mais um encerramento de um serviço essencial, com fortes impactos na condição de acesso da população da freguesia de Alhos Vedros aos serviços bancários, já fortemente condicionado pela não existência naquele território de outras agências bancárias, nem de um número adequado de caixas ATM.

Assim, a Câmara Municipal da Moita, perante o encerramento deste serviço bancário delibera:

1. Condenar a decisão do Millennium BCP de encerrar a única agência bancária existente na freguesia de Alhos Vedros e pedir a reversão desta decisão.
2. Recordar que os Bancos têm particulares responsabilidades perante os cidadãos e as empresas na prestação de um serviço essencial.
3. Apelar aos cidadãos de Alhos Vedros e aos clientes da agência de Alhos Vedros que manifestem ao Banco o seu descontentamento e actuem em conformidade.
4. Enviar esta posição e promover reuniões com o Millennium BCP e as entidades bancárias que operam no Concelho.”

Após a apresentação da Moção, foi a mesma colocada à discussão, havendo as seguintes intervenções:

Sr. Presidente – Acrescentou ao que estava escrito que quando uma situação do género ocorria muitos comentários eram feitos, uma vez que na atualidade, era fácil fazê-los, mas existia um ponto de partida que importava não perder de vista, caso contrário perdiam a bússola e o ponto de partida era que, as entidades bancárias, eram entidades privadas, com a liberdade de abrir ou encerrar estabelecimentos, como qualquer outra empresa, como qualquer outra entidade. Mesmo o Banco público tinha vindo a pautar-se por um comportamento muito idêntico ao da Banca privada e mesmo este, na região, ainda muito recentemente encerrara balcões, num processo que tinha vindo a ser comum a todo o setor bancário de reduzir serviços presenciais, reduzir o número de agências no território, na ordem dos milhares, na totalidade do setor bancário, que foram reduzidas em todo o território. Ocorria, dizendo-se até com alguma naturalidade e muitas vezes não suscitava grande agitação, admitindo que na atual situação não suscitasse, se não fosse o facto de Alhos Vedros ser já uma freguesia onde a presença de entidades bancárias era, desde há décadas, muito limitada. Não adiantando nada para o caso concreto, nem para a posição que tomaram, mas recordou que Alhos Vedros nunca teve mais do que duas agências bancárias, e simultaneamente, nunca durante muito tempo, ou seja, na maior parte do tempo teve apenas uma, sendo essa a realidade que se mantinha já há alguns anos. Na sua opinião, o grande problema residia no facto de ser a única agência bancária presencial que estava aberta em Alhos Vedros, existindo atualmente a opção de a encerrarem. Foi uma opção que surgiu sem avisos prévios, ninguém foi informado de que a questão iria ocorrer ou sequer de que estava a ser equacionada, a não ser uns dias antes, pelo que soube através das pessoas que conhecia e que eram clientes daquela agência do banco, que foram informados nos dias 21, 22 ou seja, no final da semana anterior, que a agência iria encerrar poucos dias depois. Não sabendo se a decisão fora ou não súbita, por não saber há quanto tempo a questão estava nos planos do Banco, foi súbito o conhecimento daquela decisão para as pessoas, os clientes e as Autarquias também.

Propôs que a Câmara Municipal tomasse a posição de condenar aquele encerramento, uma vez que, sendo verdade, e incontornável, que estava dentro da esfera de liberdade da atuação das empresas, mas o setor bancário não deixava de ter responsabilidades, uma vez que eram serviços fundamentais para os cidadãos e as empresas, esperando todos, dos Bancos, uma atuação socialmente responsável, de disponibilização de serviços bancários presenciais, que cobrissem, no essencial, a totalidade do território. Sabendo que estavam num tempo em que cada vez mais os serviços à distância nas várias matérias, desde a própria Administração Pública, até aos serviços bancários e a todos os outros, estavam em crescimento e, certamente, iriam continuar a crescer, mas tal não dispensava a existência de serviços presenciais porque, existiam questões que só presencialmente ainda se resolviam bem e sobretudo porque existia uma parte significativa da população que ainda não acedia e não lidava com facilidade com o tratamento à distância de matérias relacionadas com a atividade bancária, também com os serviços públicos, no geral.

Existia uma nota que era referida e que não deixava de ser relevante, o setor bancário exatamente por ter um papel social, e esse ser um serviço fundamental, tinha tido apoios do Estado como nenhum outro, apoios de diversa ordem, desde benefícios fiscais e de condições favoráveis do ponto de vista fiscal, até, nos últimos anos, à injeção direta de milhares de milhões de euros para garantir a sobrevivência do sistema e de alguns Bancos em particular. Essa questão também lhes devia impor responsabilidades acrescidas na sua atuação.

Tendo tudo isso em conta, propunham os quatro pontos de deliberação, um a manifestar a condenação da decisão do Millennium BCP de encerrar a única agência em Alhos Vedros; de recordar que os Bancos tinham essa responsabilidade social perante os cidadãos e perante as empresas, de apelar aos cidadãos e aos clientes que protestassem e que agissem em conformidade. A única questão que parecia conduzir àquele tipo de atuações, era a folha de cálculo, à boa velha maneira do Ministro Vítor Gaspar, e como tal, porquê não fazer sentir também, na folha de cálculo, que aquelas atitudes tinham consequências. Naturalmente não diriam para retirarem a conta, mas considerou que valia a pena deixar a nota a todas as pessoas de que agissem em conformidade; se existia um Banco que os abandonava porque não repensar a relação com esse Banco, sendo referido de uma forma que não vinculava nada, sendo apenas um apelo a que manifestassem o descontentamento e agissem em

conformidade, e por último, naturalmente, enviariam a posição ao Millennium, como também às outras entidades bancárias.

No dia anterior já fora divulgado e já tinham sido enviados os pedidos para o Millennium BCP, e para os Bancos que atuavam no concelho, que tinham presença com agências no concelho da Moita, para conversarem, no sentido de estimular e de apelar a que se encontrassem soluções para que os serviços bancários em Alhos Vedros fossem repostos, no caso do encerramento se confirmar, reforçados. Não seria algo, com certeza, que estivesse ao alcance da Autarquia determinar, não estava, mas o importante era a sua disponibilidade para conversar, verificar qual a questão que os preocupava e no que é que podiam contribuir para resolver, pelo menos, no mínimo, que se reforçasse o número de multibancos na freguesia, seria fundamental, porque era muito escasso em Alhos Vedros, embora o que tivesse sido referido fora que os multibancos que estavam naquela agência continuariam a funcionar, mas verdadeiramente não sabiam durante quanto tempo, se era garantido durante muito tempo, e mesmo assim a rede já era escassa, quando comparado com o que existia quer na Moita, quer na Baixa da Banheira, e portanto, conversar com as diversas agências, com os diversos Bancos que estavam presentes no território, para que pudessem contribuir, se tal se revelasse necessário para que se aumentasse aquela rede, sendo o ideal, do seu ponto de vista, na eventualidade de o Millennium confirmar a saída, que outra entidade bancária ocupasse aquele espaço e aquele mercado, abrindo uma agência em Alhos Vedros, mas naturalmente teriam de conversar, pois as Autarquias não determinavam aquelas questões, não “mandavam” nenhum Banco abrir ou não abrir, podendo apelar, falar e mostrar a sua disponibilidade para poder contribuir, se essa contribuição se revelasse pertinente.

Sr. Vereador Luís Chula – Reforçou o facto de a notícia os ter surpreendido a todos, como referido pelo Sr. Presidente, ninguém estaria à espera, sendo evidente o transtorno que iria causar à população de Alhos Vedros. Acrescentou que trazia um texto referente àquela questão, que gostaria de ler com a posição dos Vereadores do Partido Socialista, e que vinha, na sua maioria, ao encontro da proposta da Moção apresentada, mas no final, se lhe fosse permitido ler a posição política, voltaria à discussão da própria Moção. Passou de seguida à leitura da seguinte posição política:

“A notícia que a única agência bancária da freguesia de Alhos Vedros irá encerrar no final desta semana leva a que os Vereadores do Partido Socialista manifestem o seu mais vivo repúdio por este encerramento que irá lesar os habitantes e comerciantes daquela vila, os quais para procederem às necessárias transações bancárias serão obrigados a deslocarem-se às freguesias vizinhas da Moita ou Baixa da Banheira. Os mais idosos, os menos ágeis no uso das novas tecnologias e aqueles que não têm forma de se deslocar até aos serviços bancários das já citadas freguesias vizinhas serão os mais afetados, por esta decisão da administração do BCP, aparentemente tomada, meramente com base em pressupostos administrativos não considerando a importância e o impacto que esta sua ação terá junto dos clientes de tantos anos e na população em geral.

Os Vereadores do Partido Socialista apelam a que se intensifiquem todos os esforços junto do BCP no sentido de os demover da decisão de encerrarem o único serviço bancário que serve Alhos Vedros, ao mesmo tempo que se colocam ao lado de toda a população, autarquias e comércio local, para travarem esta luta contra uma manifesta injustiça lesiva dos seus interesses e necessidades.”.

Sendo um ponto de vista escrito, porque previsto, mas que lhe pareceu ir ao encontro da posição apresentada pelo Sr. Presidente, em termos de Moção. Contudo considerou que na Moção, poderia existir um quinto ponto, em que ficaria algo do género, escrito de improviso, logo, que necessitaria, quer de algum auxílio, quer de algum conserto do ponto de vista de redação e que seria:

“A Câmara Municipal perante o encerramento deste serviço bancário delibera:

5. Envidar todos os esforços junto do BCP no sentido de o demover e promover contactos para que outras instituições bancárias se possam instalar em Alhos Vedros.”

Não sendo nada mais, do que aquilo que o Sr. Presidente terminara de referir, era simplesmente acrescentar à deliberação da Câmara, as suas intenções que foram proferidas verbalmente, ou seja, para além de todas as deliberações que eram ditadas, referir também que a Câmara Municipal envidaria todos os esforços, no sentido de tentar demover o BCP, nas reuniões que o Sr. Presidente referira que iria promover, e tentar também que outras instituições bancárias, tal como também referira, pudessem vir a instalar-se, ocupando o espaço que ficava vazio. Deixou à consideração dos presentes.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Disse ser favorável à Moção, com o pequeno acrescento que o Sr. Vereador Luís Chula colocou, que considerou poder estar a reforçar ainda a intenção de a Câmara poder realizar aqueles esforços, aqueles contactos para que a própria administração do BCP fosse sensível, ou então que se realizassem contactos com outros Bancos. Efetivamente, da sua parte, e da parte da força política que representava, o Bloco de Esquerda, já tomara posição pública contrária à questão em causa, considerando inadmissível aquele encerramento, daquela forma. Como referido pelo Sr. Presidente e concordou, estavam perante uma entidade privada que também era senhora dos seus destinos, não havendo dúvida que aquela entidade privada prestava um serviço público às populações, e na última crise que houve, que atravessou a *Troika*, os Bancos foram das entidades que mais dinheiro receberam, dos fundos, para se reequilibrarem. Claramente, os Bancos eram entidades privadas que nunca abdicavam dos seus lucros, aliás, os presentes na sala eram testemunhas de todas as formas que os Bancos arranjavam para que se pagasse tudo, percentagem de uma coisa, percentagem de outra, se se realizavam levantamentos ou outras operações no multibanco; como tal, referiu pensar que estavam perante entidades que também nunca abdicaram dos seus lucros, e portanto era muito natural referir-se atualmente que determinado Banco teve no último trimestre mais de cem milhões de lucros. Aquelas entidades geriam muito bem as suas contas de administração, e não estando em contacto com a administração do BCP, considerou que deveriam ter realizado algumas contas e pensado que ainda podiam fazer um reforço, e como tal, se encerrassem algumas dependências, não sendo a única a de Alhos Vedros, existindo outros casos na zona, pensando que no Lavradio, ou perto e um pouco por todo o País, os Bancos, não só aquele, os outros também tinham realizado aquilo a que denominavam reajustamentos, onde tinham empurrado muitas pessoas que deixaram de trabalhar, fazendo-lhes propostas para saírem prematuramente dos seus quadros, e tinham as suas contas, sendo que os presentes na reunião, não sendo administradores do Banco, nem trabalhando no setor, aludindo à questão porque as suas preocupações poderiam parecer um pouco caricatas, estarem a referir que a entidade tinha de ficar na vila por fazer falta à população, sendo relativo, disse pensar que faziam aquilo que lhes era devido e bem, sendo responsáveis do Poder Local porque as pessoas quando se viam confrontadas com aquelas situações voltavam-se para as autarquias.

Tendo estado presente de manhã na concentração que se realizou no local, tendo passado no dia anterior também no local e sendo questionado sobre o que é que as autarquias, a Câmara havia feito relativamente à questão, e a Junta de Freguesia, sendo que geralmente as pessoas iam de imediato recorrer às autarquias, portanto, é positiva a Moção, para darem a conhecer às pessoas qual a posição da Câmara Municipal, a sua perspetiva e de certa forma manifestarem naquela hora difícil para a população de Alhos Vedros, que estavam ao lado deles, que os acompanhariam também naquelas situações, bem como manifestarem a preocupação de efetuarem todos os contactos que estivessem ao seu alcance, considerando que era diferente a administração do banco ser recebida pelo Presidente da Câmara da Moita, do que ser recebido por um habitante da Baixa da Banheira, com o devido respeito, porque soube que estava presente alguém da Baixa da Banheira a dirigir as “operações” em Alhos Vedros, sendo distinto ser o Sr. Presidente da Câmara ou ser a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia, que também estava presente naquela manhã, junto de uma administração, ao invés de um cidadão referir que se tinha dirigido a eles para mencionar que tal situação não podia ocorrer.

A Câmara tinha outro peso político, outra fundamentação, pensando que seria positivo promoverem as reuniões e considerando que fariam todos os esforços, tendo sabido no dia anterior que pensavam que a administração acenou com aquilo que considerou como um rebuçado, e que era a questão de não retirarem do local o multibanco e, possivelmente, passados seis meses refeririam que afinal não resultou bem e que seria melhor retirarem a cabine, e nesse momento as pessoas já não tinham força nenhuma. Considerou incorreta a situação que estava a ocorrer, principalmente em Alhos Vedros, por ser uma terra que em determinada altura vivera o seu auge industrial e por consequência o comercial, sendo das localidades no concelho da Moita, onde mais se fez sentir o abanão do declínio da parte industrial e por conseguinte comercial. Recordou que todos se lembravam de que na última vaga, foram as confeções de roupa feminina, e as ruas de Alhos Vedros estavam cheias de batas de diversas cores, consoante as fábricas em que trabalhavam, funcionando tudo ao ritmo das buzinas, e dos contactos das fábricas, que se refletia no comércio, na restauração, nas pastelarias. Quando tudo encerrou, foi uma derrocada total e na atualidade Alhos Vedros, encontrava-se como se conhecia, a generalidade do comércio encontrava-se encerrado, estando aberto o que minimamente podia estar, a padaria e a frutaria, porque eram a subsistência do dia-a-dia, mas Alhos Vedros levou um grande abanão com a recessão económica que houve e tinha custado a elevar-se. Com a presente perda, as pessoas ficaram com a sensação de que mais algo se perdera em Alhos Vedros, existia um sentimento de perda, e diriam à população que estavam do seu lado, a acompanhá-los, e que não estavam sós naquela questão. Considerou a Moção como um sinal de que as populações não estavam sós na questão, os eleitos também o estavam a sentir, e estavam com eles naquele momento, que era um sinal positivo de que estavam presentes, e que deveriam dar no momento. Sabendo que estava em curso um abaixo-assinado, tendo estranhado aliás a existência de dois abaixo-assinados, sendo apenas a sua estranheza, porque considerou que naqueles momentos, tudo devia estar junto, num único documento e nada mais. O que pôde verificar na parte da manhã, foi a existência de alguma confusão, porque as pessoas já haviam assinado um documento e não entendiam porque tinham de assinar outro, para o mesmo assunto. Não quis interferir porque havia na altura alguma confusão, mas considerou que as pessoas deviam estar unidas, acrescentando que a Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia interveio, e na sua opinião muito bem, para que a uma só voz as pessoas enfrentassem a administração do Banco, porque caso contrário, se um reunisse com eles num dia, outro em outro dia, e outro dois dias passados, no Banco pensavam a questão era uma brincadeira, convindo aí também, dar sinal de algum discernimento, não desmoralizar alguns entusiasmos de iniciativa popular, que tinham direito, mas apelar a uma certa unidade em torno do assunto. Não era o momento para disputas de lideranças de processos, era necessária união, tinham o seu órgão autárquico que era a Junta de Freguesia de Alhos Vedros, ou até a Câmara, e deveria existir uma voz que era o interlocutor direto junto da administração do Banco. A administração do Banco já começara bem, encerrando logo o Banco naquele próprio dia, ficando tudo perplexo, porque veio uma ordem de Lisboa referindo que seria melhor encerrarem logo, talvez pensando que poderiam invadir as instalações, e já não sair até ao dia 1, e como tal, naquela manhã, o Banco já se encontrava encerrado. Acrescentou que, eventualmente, abriria no dia seguinte, tendo sido apenas a notícia de que teve conhecimento e estranhou, porque ninguém podia entrar no Banco, mas que demonstrava que a administração, mesmo à distância, estava a acompanhar se as pessoas se estavam a movimentar ou não.

Relativamente ao ato daquela manhã, considerou que correria bem, achou curioso todos usarem máscara, e a perguntarem se eram de Alhos Vedros ou não, porque não se reconheciam. As forças da autoridade presentes tiveram, na sua apreciação, um procedimento muito correto, verificando que todos usavam máscara, dizendo para manterem o distanciamento, para não haver problemas de contrariar as ordens da Direção Geral de Saúde, correndo tudo de uma forma correta, assinalando-se a questão num ato simbólico, eventualmente sendo possível haver mais presenças, mas estavam os possíveis, considerando que os presentes marcaram a sua insatisfação perante o que estava a decorrer, o que era importante. No futuro, tratava-se de acompanhar os acontecimentos, pensando que segundo o que informara a Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia, iam entregar o abaixo-assinado na sexta-feira, porque tudo teria repercussões no dia 1, sendo pouco provável que a administração fosse

alterar o seu plano nacional de encerramento das agências e manter a de Alhos Vedros. Seria um milagre, mas, no entanto, as pessoas deviam realizar todos os esforços possíveis até ao fim, para que todos tivessem consciência de que deram o seu melhor para que tal não acontecesse. A população de Alhos vedros mais uma vez se sentia lesada, sobretudo os mais idosos, sentiam-se desprotegidos perante um serviço que era prestado, ao ir ao Banco, a questão das reformas, entre outras, ficando as pessoas um pouco desprotegidas.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Referindo pensar que a opinião dos presentes era unânime naquela questão, e como tal era desnecessário massacrarem-se uns aos outros com grandes discursos, dando algumas achegas práticas nos contactos futuros, quer com o Millennium BCP, quer com outros Bancos, referindo que na última reunião, já havia comentado a propósito de outro assunto, que o espaço *backspace* já estava a alugar boxes e, eventualmente, mais um mês e estaria também a arrendar escritórios, e passados mais três ou quatro meses, o *cowork* também já estaria a funcionar, dispondo de um novo espaço empresarial, pensando que o privado que tomava conta do espaço estaria recetivo a que se alguma agência bancária, se quisesse instalar, em termos do espaço, até com algumas cedências, considerando que seria bom, para quem criava um espaço daquele género, um espaço para empresas, que sendo gigantesco, todos conheciam a Gefa há imenso tempo, trabalhavam no local cerca de duas mil pessoas, portanto tinham imenso terreno, considerando que para o proprietário poderia ter interesse e uma questão de que podem ser intermediários e oferecer a alguma agência bancária pequena de duas a três pessoas, como existia em Centros Comerciais, considerando que seria positivo para o *backspace* bem como para a agência bancária, porque a questão do espaço atualmente era uma das questões onde as agências bancárias tinham de despende muito dinheiro e daquela forma poderiam poupar. Considerou que poderiam ser intermediários daquela troca, fosse com o Millennium BCP ou com outra agência, até porque quer no ponto 4 que no eventual ponto 5, que lhe pareceu um pouco repetitivo do ponto 4, mas não tendo nada contra, uma vez que já no ponto 4 tratava da apresentação da Moção ao Millennium BCP e a outras entidades bancárias, parecendo-lhe que podiam “oferecer” algo que, não sendo da Câmara, era de um privado que estava a investir considerando, no entanto, que seria do seu interesse e eventualmente de algum Banco, podendo ser uma porta que se abria.

Sobre a questão de quem recolhia assinaturas ou não, não sendo muito de centralizar as coisas, não se preocupando muito com a questão, sendo para si o ideal que todos os clientes do Millennium BCP de Alhos Vedros, cada um deles mandasse uma carta e enchessem o Millennium BCP de cartas, não sabendo quantos clientes tinha aquela agência, mas repentinamente chegarem muitas cartas considerou que teria ainda mais efeito. Não o preocupando a questão de quantos abaixo-assinados existiam, mas antes que, de facto, as pessoas participassem, dessem a sua opinião, e participassem não sendo participarem na rua, não sendo perante os eleitos, porque aqueles tinham a mesma opinião que eles, era participarem junto do BCP, fosse através de abaixo-assinado, fosse em carta individual, mas que as pessoas fizessem chegar ao Millennium BCP a sua vontade, o seu querer, sendo aquela questão a mais importante.

Sr. Presidente – Relativamente às ações em torno do assunto em apreço, naturalmente que todas as ações tinham a sua legitimidade, nem todas tinham os mesmos objetivos, não sendo difícil perceber o que eram ações que tinham o objetivo de defender os interesses das pessoas e as ações que tinham o objetivo de defender uma pessoa e os seus interesses, tendo sido claro o que foram as estratégias de promoção pessoal, com vista a objetivos mais além, que foi clara desde o início, sendo pena que por vezes a questão não fosse imediatamente evidente, e que posteriormente, acabasse por criar mais danos do que afinal contribuir para engrossar as ações sérias.

Quanto à proposta colocada pelo Sr. Vereador Luís Chula, considerou de facto repetir, embora acrescentando um aspeto, mas de facto repetir o que estava dito no ponto 4, sendo a única questão que não estava referida no ponto 4 as reuniões, mas julgou poder superar-se a questão quando se referia: “Enviar esta posição...”, podendo-se acrescentar: “ Enviar esta posição e promover reuniões

com o Millennium BCP e as entidades bancárias que operam no Concelho, visando incentivar todos a procurar o reforço dos serviços bancários”, ou seja, não se referindo nada em concreto, a não ser a procura de soluções, que era o que se pretendia, fosse o BCP ou qualquer outro Banco, uma vez que não possuía ações em qualquer que fosse. O que pretendiam era que existisse um serviço bancário na freguesia de Alhos Vedros, e se todos estivessem de acordo, realizavam aquela adenda, enviavam a posição e promoviam reuniões, seguindo o texto como estava, ou seja, no ponto 4 ficaria:

“4 - Enviar esta posição e promover reuniões com o Millennium BCP e as entidades bancárias que operam no concelho...”.

Não havendo mais intervenções, foi a Moção na sua redação final, e que abaixo se transcreve, submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Moção

“Os serviços bancários são essenciais, e a sua proximidade física condição fundamental para o fácil acesso, não sendo substituíveis, para largos sectores da população, pelas soluções tecnológicas e plataformas virtuais, às quais não consegue, ou não tem os meios para aceder.

A banca, particularmente a banca privada, tem sido objecto de um tratamento de excepção, com apoios por parte do Estado, que totalizam milhares de milhões de euros de fundos públicos, para, com o argumento dos perigos da sua instabilidade para o funcionamento da economia, a salvar da crise na qual têm fortíssimas responsabilidades próprias.

O apoio à banca, contrastante com a desprotecção em que as famílias e os trabalhadores foram colocados nos momentos de maior aperto, é muitas vezes incompreensível para o comum cidadão, confrontado com os brutais sacrifícios impostos. Até por isto, seria de esperar que as entidades bancárias entendessem o seu papel na economia, participando, com elevada responsabilidade e empenho, no seu relançamento.

No entanto, verifica-se que a sua preocupação continua a ser a maximização do lucro, esquecendo no primeiro momento as obrigações, não hesitando em reduzir custos operacionais, despedindo trabalhadores, reduzindo serviços e encerrando balcões.

É neste contexto que, com surpresa, foi recebido o anúncio do encerramento do balcão do Millennium BCP de Alhos Vedros, situação a todos os títulos incompreensível e lamentável, já que este, sendo actualmente o único banco a operar na freguesia, regista uma procura elevada, nada levando a prever uma decisão desta natureza.

Este é mais um encerramento de um serviço essencial, com fortes impactos na condição de acesso da população da freguesia de Alhos Vedros aos serviços bancários, já fortemente condicionado pela não existência naquele território de outras agências bancárias, nem de um número adequado de caixas ATM.

Assim, a Câmara Municipal da Moita, perante o encerramento deste serviço bancário delibera:

1. Condenar a decisão do Millennium BCP de encerrar a única agência bancária existente na freguesia de Alhos Vedros e pedir a reversão desta decisão.
2. Recordar que os Bancos têm particulares responsabilidades perante os cidadãos e as empresas na prestação de um serviço essencial.

3. Apelar aos cidadãos de Alhos Vedros e aos clientes da agência de Alhos Vedros que manifestem ao Banco o seu descontentamento e actuem em conformidade.
4. Enviar esta posição e promover reuniões com o Millennium BCP e as entidades bancárias que operam no Concelho, visando incentivar todos a procurar o reforço dos serviços bancários e rede de ATM na freguesia de Alhos Vedros.”

De seguida o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que manifestaram intenção de intervir no Período Antes da Ordem do Dia.

Sr. Presidente – Deu conhecimento, como tem vindo a ser habitual nas últimas reuniões, da evolução da situação respeitante ao combate à COVID, sendo que no concelho da Moita a situação estabilizara nas últimas semanas. Do ponto de vista da ação do Município, no que respeita ao restante, as evoluções que eram conhecidas e que foram sendo anunciadas pelas autoridades de saúde, do ponto de vista da ação municipal, a situação estabilizara, havendo eventualmente alguma situação que o Sr. Vereador Luís Chula poderia pormenorizar, mas no essencial estavam numa fase também de desconfinamento, dando continuidade ao que referiram na última reunião. No período final do mês de maio, a intenção era o crescimento gradual do trabalho presencial, o que tinha vindo a acontecer, não estando ainda no regresso ao trabalho em pleno, quase todos os serviços estavam ainda com limitações, com adaptações significativas do ponto de vista do trabalho presencial, mas o objetivo que se mantinha, como sempre tinha acontecido, era aguardar as decisões que seriam determinadas pelo Governo e tomadas com base na avaliação que a Direção Geral de Saúde faria relativamente ao próximo período, ou seja, às semanas iniciais de junho, para se verificar qual era a evolução da situação e também adaptarem a sua atuação a essa situação, mas pressupondo que a tendência se manteria, de um desconfinamento progressivo de todas as atividades em geral e como tal, da vida em geral, que o início de junho deveria marcar de facto o regresso ao trabalho presencial na Câmara, não podendo ser em todos os serviços, ou na grande maioria dos serviços, nas mesmas condições em que era praticado em fevereiro e como tal teria de existir adaptações atendendo às características das instalações, adaptações necessárias à proteção dos trabalhadores e da população, sendo o objetivo que junho, os primeiros dias e as primeiras semanas de junho marcassem efetivamente o regresso ao trabalho presencial, e a maior aproximação possível à normalidade, sabendo que não seria exatamente como era anteriormente, pelo menos no momento, mas aguardariam pelo que seria determinado do ponto de vista de aspetos mais sensíveis, designadamente equipamentos culturais, equipamentos desportivos, o que iria ser determinado naquelas matérias, também para adequarem a sua atuação em função disso. Aí, mais até do que no funcionamento dos serviços internos, não havia qualquer dúvida de que seguiriam escrupulosamente o que fosse determinado pelas autoridades de saúde, sobre a eventual realização de espetáculos nos equipamentos culturais e da realização de práticas desportivas nos equipamentos desportivos municipais.

No que se referia ao ensino pré-escolar, informou que se encontrava tudo preparado para o regresso do pré-escolar no dia 1 de junho, também com as devidas adaptações, que não foram muito profundas, tratando-se sobretudo de dotar todos os equipamentos escolares dos equipamentos de proteção necessários e de adotar as práticas necessárias, mas em conjugação com os agrupamentos escolares estava a ser preparado, considerando que iria correr tranquilamente, eventualmente podendo acontecer o mesmo que estava a acontecer com as creches, ou seja, o número de crianças que era levado pelas suas famílias era ainda bastante abaixo do número normal de utentes. Eventualmente, no jardim-de-infância sucederia o mesmo, mas estavam preparados para receber todos, o regresso em pleno, se fosse aquela a situação que se viesse a verificar.

Sr. Vereador Luís Chula – Relativamente à situação focada pelo Sr. Presidente e desde a última reunião, disse que o que havia a informar era que a atividade, na verdade reduziu, tendo estado muito intensa

nos momentos em que foi necessário criar condições para que pudessem decorrer os testes aos funcionários dos Lares, e de momento, no dia anterior, decorreram visitas aos Lares ditos não legalizados, com o contributo da Proteção Civil Municipal, juntamente com a Delegação de Saúde e com a parte inspetiva do Instituto de Segurança Social, muito embora, não fosse uma ação inspetiva. Foi sempre realizada uma abordagem no sentido de referirem que não estavam presentes para verificarem se tinham ou não as condições ideais naquele momento, que estavam no local para saberem quantos trabalhadores tinham, quantos utentes tinham. Passaram posteriormente à fase dos testes aos trabalhadores, tal e qual como fizeram com os Lares que estavam legalizados. Felizmente o concelho da Moita não tinha identificados muitos Lares daquela natureza. Existia uma lista em que foram cruzando dados locais com informações da Segurança Social, de alguma forma mais extensa. Não se verificou a visita a sete Lares, porque pelo menos cinco deles não estavam operacionais, tendo aliás acontecido situações interessantes de existirem habitações onde tocaram à campainha referindo que tinham ido visitado o Lar, ao que lhes foi questionado “qual Lar”, uma vez que eram pessoas que estavam a habitar no local e há muitos anos que não existia nenhum Lar no local, ou por vezes, nem sequer sabiam que havia existido um Lar no local, como tal, as informações eram sempre muito difíceis nas atuais circunstâncias, contudo chegaram à conclusão, que existiam sessenta e nove utentes alojados em Lares daquela natureza, e vinte e cinco funcionários que davam apoio ao funcionamento dos mesmos. À partida, seriam aqueles vinte e cinco, que iriam ser testados.

Também seriam realizados testes às creches, uma iniciativa exclusiva do Instituto de Segurança Social, não sabendo se eventualmente a Sr.^a Vereadora Vivina Nunes não pretenderia acrescentar algo posteriormente sobre a questão, mas os outros passaram todos à margem da Proteção Civil Municipal. No próprio dia decorreram testes às amas da Segurança Social, e a alguns membros ou funcionários remanescentes dos últimos testes realizados das IPSSs e congêneres, e pelo que soube foram realizados quarenta e nove testes numa unidade móvel que o ACES deslocou para a Unidade de Saúde Familiar ou Centro de Saúde do Vale da Amoreira.

Renovou a informação de que os testes anteriormente realizados, aos mais de quatrocentos e trinta funcionários das instituições foram todos negativos, o que salientou como bastante positivo.

Relativamente ao ponto de situação do número de casos de municípios infetados, a realidade mostrava que estavam a ter uma curva ascendente com números, que quase todos os dias os vinham surpreendendo um pouco do ponto de vista mais negativo, ou seja, existiam dias em que surgiam perto de uma dezena, noutros dias superava-se a dezena, mas existia um crescendo, que não sendo caso único, todos os presentes tinham ouvido as notícias e sabiam que a região limítrofe da capital estava a ter a mesma influência, o que os levava a pensar que a continuar daquela forma, se não teriam de saber concretamente, de forma sigilosa e a quem a entidade de saúde entendesse que deveria informar, mas alguém saber onde é que tinham de atuar com mais incidência e eventualmente tinham de reforçar tudo o que tinham vindo a realizar, naquelas zonas em que se sentia maior incidência, e tentar perceber o porquê daquele crescimento, naquele momento.

Todos sabiam e viam imagens dos transportes, a mobilidade a nível dos trabalhadores, sobretudo para Lisboa era enorme, havendo que pensar quem deveria sensibilizar e como podiam chegar junto das entidades dos transportes, e eventualmente também junto da própria população, e tentarem realizar alguma ação que possa contrariar aquele crescimento.

Outra situação que também os preocupava, por força da natureza do clima, era a praia do Rosário, como já vinha falando com o Sr. Presidente, sabendo bem a natureza daquela praia, que oficialmente nem praia era, mas sendo a verdade que nos dias quentes o local tinha estado cheio, e as pessoas não tinham nem espaço, nem estavam sensibilizadas para ter o afastamento que era necessário e que era recomendado nas praias oficiais. Também tinham alguma responsabilidade na questão, segundo o seu ponto de vista, na medida em que tinham promovido o uso da praia enquanto Município, não podendo agora chegar ao local, e dirigir-se às pessoas solicitando-lhes que se fossem todos embora, porque não estava em condições ou não cumpria as regras normais, na atualidade. Havendo já falado com o Sr. Presidente julgava que teriam de ter alguma ação, havendo sugerido que fossem colocados alguns cartazes, mas a informação tinha de ser um pouco mais incisiva, já tendo visionado uma informação

que referia para não realizarem ajuntamentos, entre outras informações, mas considerou-a muito abrangente e eventualmente teriam de se focalizar mais no caso concreto, da praia que tinham no seu território.

Estando a terminar o período, que foi alargado para a limpeza dos terrenos por parte dos particulares, alertou para o facto de que, a partir do dia 31, lhes sobrava a responsabilidade da limpeza dos terrenos que não eram de outra responsabilidade, do Município. Sabia que relativamente aos terrenos da responsabilidade do Município, com o atraso recorrente da questão do confinamento e dos Serviços Municipais não terem estado permanentemente ativos, estavam a ser identificados e estavam a atuar sobre eles, mas receava que lhes caísse nas mãos as situações, sobre as quais passavam a ter a obrigatoriedade de atuar, por ausência de atuação dos proprietários, sendo uma situação cujo prazo normalmente terminava a 31 de março, mas que tendo em conta o momento atual que se vivia, passou para o dia 31 de maio.

Acrescentou relativamente a um assunto que havia abordado anteriormente, que toda aquela ação dos testes, que tinham estado a ser executados, tinham tido uma colaboração também de outros Serviços do Município, não sendo exclusivos do Serviço Municipal de Proteção Civil, tendo havido uma excelente colaboração com a parte dos Transportes, que eram da responsabilidade do Sr. Vereador Miguel Canudo, e de alguma forma também da colaboração dos Serviços da Sr.^a Vereadora Vivina Nunes.

Acrescentou ainda, que lhe constou e apenas isso, que estavam pensadas algumas ações, quer por parte da igreja, quer por parte da Junta de Freguesia da Moita, de que iriam promover determinados ajuntamentos de pessoas, em número superior àquilo que estava no momento legalizado, o que para si constituía uma preocupação, não sabendo que se mais algum Sr. Vereador ou o Sr. Presidente tinham informações concretas sobre aquelas ações, mas tudo aquilo que eram mais de dez pessoas, para a Proteção Civil, constituía uma preocupação, porque era o que está determinado no momento na Lei e era a questão que tinham de cuidar.

Informou que, por parte dos Bombeiros, com a questão da prevenção para os fogos florestais tinham equipamentos, tinham as suas equipas, mas os seus equipamentos de proteção individual estavam a acabar, havendo a necessidade de tentarem reforçar um pouco aquele equipamento para os Bombeiros.

Sr. Presidente – Relativamente à praia do Rosário, as normas finais, após muitas conversas sobre a questão, saiu na segunda-feira anterior em forma de Decreto-Lei, as normas relativas ao usufruto das zonas balneares. Como já fora referido, não sendo uma zona balnear, tal como todas as praias fluviais do Estuário do Tejo, da margem sul, não estavam oficialmente reconhecidas mas não deixavam de existir, de ter milhares de pessoas a frequentá-las, de terem tido ao longo dos anos investimento, promoção por parte de todas as autarquias, sem exceção e como tal havia que ter essa preocupação. Informou, ainda, que iam colocar, no sentido do que fora colocado no fim-de-semana que foi improvisar alguns cartazes estando, no entanto, a ser preparados alguns *placards* informativos de maior dimensão e com mais informação, que seriam colocados, no mínimo dois, nos acessos à praia, junto à capela e no outro acesso à praia, junto às instalações sanitárias e ao restaurante, como aviso à população. Posteriormente teriam de ir monitorizando, também, conjuntamente com a Junta de Freguesia, que tinha aquela competência delegada, veriam o que era necessário em termos do posto de apoio, igualmente de acordo com as normas que estavam determinadas, o que era necessário executar, sendo que no mínimo, equipamentos seriam necessários, existindo a recomendação de haver um espaço de isolamento para eventuais doentes, de forma a tentar preparar o melhor possível, em função das condições existentes. Sendo uma situação que naturalmente causava alguma preocupação, também perceberam que o grau de preocupação do Governo e das autoridades de saúde foi decrescido, claramente, em relação ao que era falado inicialmente, da enorme preocupação existente com as praias, porque percebia-se que a praia não era um local propício ao contágio, a não ser por via da proximidade com outras pessoas, e exemplificando, se em Troia estivessem todos deitados lado a lado, a respirar e a tossir em cima uns dos outros existia perigo, mas excetuando essa situação era um ambiente que não era propriamente o mais favorável à propagação do vírus, percebendo-se que houve

um decréscimo das preocupações que há três ou quatro semanas atrás, onde parecia que nem poderiam ir à praia e no fim-de-semana estimara-se que estiveram cento e oitenta mil pessoas nas praias da Costa, mas necessitavam de acautelar, de recomendar às pessoas, alertar para as medidas de proteção necessárias e naturalmente acompanhar como também já ouvira referirem na televisão, alguém responsável, sobre as praias no geral, iriam monitorizar, verificar a informação e se a situação decorresse com normalidade e as pessoas respeitassem estava muito bem, caso contrário, poderia haver a necessidade de interditar o acesso, ou tomar outras medidas mais “musculadas”, esperando que tal não viesse a ser necessário, e que as pessoas iriam tomar as cautelas indispensáveis.

Quanto às questões colocadas acerca da Procissão, e começando com um antecedente, relativamente ao 13 de maio, a Paróquia da Moita abordou-o e colocou-lhe formalmente a questão de que desejava realizar uma Procissão Automóvel, ou seja, a Nossa Senhora fazer um percurso pelas ruas da Vila com o andor transportado no veículo. O que referiu, na altura, foi que estavam numa situação em que não podia ser a Câmara Municipal a autorizar ou não a iniciativa, teriam de ser as autoridades de saúde; todas aquelas realizações tinham de passar pelas recomendações e pela autorização das autoridades de saúde. Se a autoridade de saúde autorizasse, da parte do Município não havia obstáculo. Colocou-se posteriormente uma questão de tempo, não havendo tempo, porque foi-lhes colocado na segunda-feira que era para realizar na quarta-feira à noite, ou seja, no dia 13 à noite, mas ainda assim imediatamente efetuaram o contacto com o subdelegado de saúde, que informou que era necessário realizar um pedido por escrito, um email, porque a decisão não dependia de si, ou seja, estava acima do grau de decisão ou da sua autonomia de decisão, e tinha de colocar superiormente a questão.

Aquela acabou por ser colocada e a reação foi negativa, mas por fim chegou já na terça ou quarta-feira uma autorização com um conjunto de condições; mas a iniciativa já havia sido desmobilizada e a Paróquia já havia anunciado que não se realizaria. Na atualidade, embora estivessem num período de desconfinamento mais adiantado, a questão e aquilo que lhes chegou, foi a intenção de realizar uma iniciativa daquela natureza no dia 31. Partiriam do mesmo pressuposto, de que a autoridade de saúde deveria pronunciar-se; caso autorizasse, da parte do Município, não existiria qualquer reserva e tal como anteriormente, o que fosse determinado pela autoridade de saúde, era o que seria necessário cumprir, um conjunto de cautelas, de distanciamentos, de não provocar ajuntamentos de pessoas e questões do género, admitindo que seria igual, na questão da Procissão.

Relativamente à iniciativa da Junta de Freguesia, a informação que receberam foi de que a Junta de Freguesia pretendia percorrer as ruas da Vila, com uma animação do tipo circense, com animadores de rua, não sabendo referir exatamente se seriam das andas ou palhaços ou outros, seria animação de rua para percorrer as ruas no dia 1º de junho. A intenção que lhes foi comunicada, foi de ser um percurso sem paragens, não dando lugar a ajuntamentos, sendo algo que circulava e que seria observado pelas pessoas da janela, eventualmente à passagem.

Comentando a situação vivida, do ponto de vista da propagação da doença na Área Metropolitana de Lisboa, referiu que houve uma deslocação do foco principal da epidemia em Portugal da zona norte para a região de Lisboa, deslocando-se para o sul no mês de maio, sendo o crescimento quase residual no restante país, o que era positivo. Todas as pessoas apontavam as razões de fundo para a questão, estando a falar da região que tinha a maior concentração populacional, tinha a maior densidade, tinha o maior número de deslocações, tinha o maior número de atividades económicas a funcionar, que continuavam. Relativamente às deslocações, e como nota, não sabiam e sob um certo ponto de vista, ainda bem, não eram divulgados os doentes, a sua localização, as suas identificações, as suas residências, nada daquelas questões, no entanto existia uma ou outra informação que iam sabendo, por via indireta, sabendo que tiveram pessoas infetadas no concelho da Moita, a entrar nos números do concelho, com origem no surto da Azambuja, com origem no surto do Montijo, das fábricas, porque de facto, a deslocação diária de muitos milhares de pessoas em toda a Área Metropolitana, para trabalharem ocorreu sempre e ocorria ainda com mais intensidade, desde que o desconfinamento teve início e houve o regresso de algumas atividades. Tudo apontava para que, de facto, as questões principais, relativamente àquele crescimento estavam relacionados com aquela questão, porque não existiam outros surtos identificados, não existiam, felizmente, situações de propagação descontrolada,

disseminação comunitária. Acrescentou uma questão como um reparo, uma vez que não considerou que houvesse sentido na referência que foi efetuada a um bairro no concelho do Seixal, relativamente ao que foi referido no dia anterior, porque começaram por referir que existia um surto na margem sul, tinham três focos em três bairros, de Almada e Seixal, mas posteriormente só referiram um, e olhando para os números, verificaram que cresceram duzentos num dia, outros duzentos noutra dia, duzentos no dia seguinte e duzentos no dia atual, e o surto que era tão importante que mereceu referência, foram dezasseis casos, o que não justificava os oitocentos casos que cresceram durante a semana na região de Lisboa, nem sequer no concelho de Almada e do Seixal, que tinham crescido ao ritmo idêntico, ou em alguns dias superior ao do concelho da Moita, não sendo dezasseis casos que justificavam aquele crescimento. Considerou a referência feita no dia anterior infeliz porque depois dava origem a outro tipo de interpretações, do género “lá estão sempre os mesmos do costume”, a ser responsabilizados pela questão, ou seja, para o Sr. André Ventura deveria ter sido uma festa. Continuou colocando que tinha sido referido, em conferências de imprensa, a questão da região de Lisboa e a preocupação existente. Até ao momento, as autoridades de saúde não apontavam a necessidade de medidas, mas deveriam aguardar a evolução dos acontecimentos, e naturalmente acompanhar.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Relativamente aos Balcões, já havendo falado no retomar do trabalho presencial aos poucos, estando a aguardar as indicações governamentais para que na semana seguinte, já no mês de junho, pudessem ver. Relembrou que começaram a trabalhar a cinquenta por cento do horário, apenas na parte da manhã, posteriormente passaram a funcionar também no horário da tarde, embora com cinquenta por cento do pessoal, e de momento, aguardavam uma nova avaliação para eventualmente os Balcões de Alhos Vedros e do Vale da Amoreira reabrirem, e começarem a entrar dentro de alguma normalidade, quanto mais não fosse, nos Balcões.

Referiu a ocorrência de uma situação, para colocar todos a par da informação relacionada com uma resolução que haviam tomado os presentes, no mês de abril, entre vários pontos existentes na resolução, um de que haveria a suspensão do pagamento de esplanadas e de anúncios de concessões. Desde a última reunião de Câmara até ao momento ponderaram a questão em particular, sendo a situação no momento, a de que, as pessoas que estavam a solicitar esplanadas de novo, ou que já as tinham e se encontravam a alargá-las, não estava a ser cobrada nenhuma taxa, embora não o tendo anunciado em nenhum local, mas era o procedimento que se encontrava a ser adotado pela Câmara Municipal da Moita, acrescentando como informação, que as pessoas que se encontravam a solicitar de novo esplanadas, no período até 30 de junho, existia um procedimento do ponto de vista administrativo e de sistema que não auxiliava a clarificar a situação, tendo reunido com o Sr. Vereador Luís Nascimento, chegando a um entendimento muito informal, em que as pessoas que de novo solicitam uma esplanada, dirigiam-se aos serviços do Sr. Vereador Luís Nascimento, comunicavam a situação, que ficava registada, ou seja, todas as situações que estavam a ser levantadas ficavam registadas. Posteriormente, a partir de 30 de junho, a pessoa teria de informar que não pretendia, que fora por um período experimental, ou então, informar que pretendia continuar e nessa altura passaria a efetuar o pagamento. Colocou a questão para esclarecimento dos presentes, uma vez que se começou a gerar um burburinho de que já não se efetuava o pagamento das esplanadas, o que não correspondia à realidade, tendo sido apenas uma circunstância que atendeu a uma visão da Câmara, que concretizou e na sua opinião, corretamente, atendendo às dificuldades do comércio local, da restauração, tendo permitido a questão, da forma que colocou, até 30 de junho, tendo sido esse o procedimento adotado, dirigindo-se as pessoas aos serviços do Sr. Vereador Luís Nascimento, que certamente lhes teria comunicado a situação.

Acrescentou ainda que o trabalho efetuado nos Balcões estava a decorrer dentro da normalidade, com as marcações, aguardando a nova avaliação. Estavam ansiosos para que os Balcões do Cidadão pudessem funcionar, onde tinha havido muito ruído nos últimos tempos, já havendo informado que a AMA havia questionado quando tinham condições, encontrando-se de momento a aguardar para que houvessem condições, uma vez que, no momento, requeria a cativação de recursos humanos no

respetivo Balcão, que de momento se encontravam a reforçar o atendimento público, considerando que em meados de junho poderia funcionar, pois era confrontado, uma vez que corriam notícias alarmantes de que os referidos Balcões só funcionariam em dezembro, ao que ripostou onde haviam obtido aquela informação, contrapondo que seria brevemente, uma vez que sairia uma informação que esclareceria e em breve o Balcão do Cidadão entraria em funcionamento.

Aditou que havia sido anunciado pelo Governo que haviam sido doados às Câmaras alguns milhões, cerca de trinta, de apoio à componente artística, questionando o Sr. Presidente se tinha alguma informação a respeito, pois alguns dos artistas do concelho, que ainda eram bastantes, não sabendo em que medida alguns, que viviam de atuações, embora tivessem concretizado na Câmara uma medida muito positiva, na sua opinião, que foi a atribuição dos subsídios ao movimento associativo, de certa forma para alguns, antecipada, para outros, eventualmente não, com o objetivo de salvaguardar algumas dificuldades. No entanto, gostaria de saber, em concreto, se o referido apoio artístico anunciado à parte da cultura e afins chegou.

Pretendeu ainda esclarecer se havia possibilidade por parte do Município, ou não, de recolherem dados concretos sobre se o efeito do vírus, que não sendo só na saúde, seria um *tsunami* com consequências sociais muito gravosas, seria possível possuírem uma leitura do nível de desemprego no concelho da Moita, se aumentou, os dados das pessoas que estavam em *layoff* e se aumentaram as dificuldades em termos económicos, bem como a questão dos pedidos de apoio do ponto de vista social, se estavam a aumentar os pedidos nas cantinas sociais, se eventualmente estavam a aumentar, se o IEPF poderia fornecer alguma informação concreta sobre o concelho da Moita, considerando interessante os presentes possuírem essa informação, da degradação social, assim chamada com os reflexos que pudessem ter no concelho, sabendo que estavam inseridos com uma rede social com várias entidades, bastante forte, e que exercia um trabalho bastante meritório, não sabendo se poderiam também solicitar alguma informação àquelas entidades, para que na reunião seguinte de Câmara ou na próxima pudessem possuir alguma informação mais concreta sobre o estado social no concelho, uma vez que por todo o lado se falava no aumento de dificuldades de famílias, de pessoas que chegavam ao Banco Alimentar e referiram que nunca pensaram chegar à situação atual e necessitar de recorrer ao Banco Alimentar, existindo dificuldades que, por vezes, as pessoas se coíbiam de falar sobre elas, podendo muitas vezes as Assistentes Sociais do Município estar na posse de alguns dados que eram um pouco mais pessoais, não interessando aos presentes identificar pessoas, mas terem em sua posse alguns dados que lhes permitissem realizar uma leitura do estado social do concelho da Moita. Deixou então a sugestão, para numa das próximas reuniões, tendo em conta que os dados poderiam levar algum tempo a ser recolhidos.

Sr. Presidente – No que concernia à questão do programa de apoio à atividade artística, ouviu, na sequência de uma reunião com a Associação Nacional de Municípios, o Primeiro-ministro anunciar, considerando-a uma ideia à partida bastante positiva, não se conhecendo ainda os moldes concretos em que funcionaria, como se realizaria a distribuição das verbas, não existindo ainda dados sobre a implementação propriamente dita.

Sr.^a Vereadora Vivina Nunes – Fornecendo algumas informações complementares ao que o Sr. Presidente já havia colocado, relacionado com o regresso às aulas não só do pré-escolar, mas do ensino secundário, informou que nas duas escolas do concelho existiam comportamentos diferenciados, uma vez que na Escola Secundária da Moita estavam a participar nas aulas cerca de um terço dos alunos, às aulas que deveriam e tinham oportunidade de participar; no que se referia à Escola Secundária da Baixa da Banheira, os alunos estavam a comparecer quase na sua totalidade, estando a faltar muito poucos, dois a três alunos por turma, se tanto. Pelo que fora comunicado pelos Srs. Diretores nos dois Conselhos Municipais da Educação, que se realizaram no espaço de uma semana, que abordaram aquelas questões como uma situação bastante complicada, uma vez que os alunos se dirigiam para as aulas com níveis diferenciados de aprendizagem, sendo as questões do ensino à distância colocadas, e frisando em reunião que uma das situações por todos já conhecida, que poderia ser e se constatou

que era uma realidade, foi a falta de materiais iguais para todos os alunos, existindo uma referência que foi dada com alguma pertinência, por quase todos os Diretores, que muitas vezes essa falta fora colmatada pelo telemóvel do pai, pelo trabalho do professor, que era grande a dificuldade de equidade em haver um suporte de auxílio ao estudo familiar. Existia algum suporte de pessoas que não tinham condições para tal, inclusive de pais que estariam no momento a voltar ao trabalho, ficando os alunos sozinhos em casa, tendo um comportamento diferente depois no que era estar ligado ao computador, ou à televisão. Aquela situação fora referida, bem como a de um grande cansaço, quer dos alunos, quer dos encarregados de educação, bem como dos professores, uma vez que toda a situação era nova e que o ensino à distância, de facto, tinha uma componente complicada de cansaço, encontrando-se as pessoas extenuadas.

Relativamente ao pré-escolar, e muito rapidamente, como já anteriormente referira o Sr. Presidente, estavam a ser preparadas todas as condições para que o pré-escolar, do ponto de vista das competências da Câmara iniciasse, com todas as condições possíveis de segurança, para os trabalhadores e para os alunos, sendo que da parte dos agrupamentos, em articulação com a parte pedagógica e da gestão, propriamente dita das aulas, também estava a ser trabalhada, no sentido de funcionar da melhor forma. Foram realizadas ações de formação, no âmbito da Segurança e Higiene no Trabalho, com todas as auxiliares de ação educativa do quadro da Câmara Municipal, extensíveis a algumas auxiliares do primeiro ciclo, solicitadas pelos agrupamentos, às quais deram resposta e não existiu qualquer problema em realizá-lo. Os materiais e os equipamentos de proteção individuais estavam assegurados, bem como os materiais de limpeza, quer produtos, quer novos utensílios, que foram assegurados, quer pelas Juntas de Freguesia, com quem fora realizada uma reunião com os Srs. Presidentes, no sentido de executar toda a articulação necessária das questões. Da parte do Ministério da Educação, acrescentou julgar que os agrupamentos teriam orientação, ou estariam a solicitar ao Ministério da Educação instruções para os seus trabalhadores no que dizia respeito aos equipamentos de proteção individuais, não as outras questões de higiene porque eram da competência municipal, no que se referia ao pré-escolar.

Respondendo às questões colocadas pelo Sr. Vereador Joaquim Raminhos, informou que a rede social tinha sido, na sua perspetiva, um elo fundamental para trabalhar as temáticas das dificuldades das famílias. Não realizaram nenhuma reunião presencial nem por *Skype*, pois não houve essa necessidade uma vez que tinham estado em articulação permanente, quer por telefone, quer através daquilo que ia sendo solicitado nos territórios. Todas as instituições, sem exceção, dentro das suas competências, tinham realizado um esforço acima da sua média para corresponder às questões da necessidade alimentar, colocando-se no momento no concelho, como grandes problemas, questão que não diferia de outros concelhos, uma vez que teve oportunidade de conversar com outros Vereadores da área e relaciona-se mesmo, com as questões do reforço alimentar. O Banco Alimentar quando contactou com o Município da Moita referiu a situação. Verificou-se a existência de problemas, em algumas instituições, na questão da recolha de alimentos, com alguma falta de alimentos. O Município antecipou a situação, realizam normalmente *e-mails* quinzenais de reforço e há cerca de uma semana e meia solicitaram o ponto de situação a todas as instituições com quem estavam a trabalhar, não havendo chegado todas, e como tal não seria possível dar na reunião uma panorâmica geral, mas todas as instituições refletiam a situação de estarem com bastantes preocupações no momento, no que se referia aos seus orçamentos, por ainda não possuírem nenhuma indicação de reforços orçamentais, por parte de ninguém, no que respeitava a equipamentos de proteção individual, e estavam a ter gastos brutais naquelas áreas. Efetivamente, o que referiam era a necessidade de equipamentos de proteção individual, ou em material ou em forma de verba, no sentido de poderem ser os próprios a gerirem as situações, também referindo bastante as questões alimentares, subindo os pedidos de cantina, subiram os pedidos de cabazes alimentares a quem realizava a distribuição alimentar, não conseguindo no momento quantificar a quantidade, mas referindo que estavam a subir, sendo as situações que eram colocadas no dia-a-dia.

No que se referia ao desemprego, ainda não possuíam o apuramento do IEFP, referindo que de qualquer forma no dia seguinte realizar-se-ia uma reunião, em que teria participação, do CLAS, da

plataforma supraconcelhia, restrita, unicamente com todos os presidentes do CLAS em que refletiriam também sobre todas aquelas questões em termos distritais, podendo posteriormente ser dada alguma panorâmica mais concreta do que se estava a passar, no entanto, efetivamente a questão alimentar, no momento, era a grande preocupação de todas as instituições. No que se referia aos alunos do primeiro ciclo que estavam a ir buscar alimentação, embora fossem um número irrisório relativamente ao número normal de crianças a comer nas escolas, tinha subido consideravelmente, já servindo milhares de refeições, devendo ser perto dos cinco mil durante aquele período, acontecendo cada vez mais que o Escalão B, como pagava metade, estava sistematicamente a solicitar a apreciação de processos, chegando a questão de pais desempregados de imediato, ou *layoff*, sendo documentos que relacionados com os alunos davam logo origem a que fosse alterado o Escalão de B para o Escalão A, estando aquelas situações a ser acompanhadas, não existindo até ao momento nenhum aluno que ficasse sem alimentação.

Associadas às questões anteriores surgiam as questões da negligência, que também eram conhecidas, estando a CPCJ a trabalhar e atenta a toda a situação no terreno, embora estivesse a funcionar em teletrabalho e com muitos atendimentos não presenciais, mas sempre que existia uma evidência grave, sobretudo as forças de segurança realizam as visitas domiciliárias e tinham estado a acompanhar. No momento era o trabalho que tinham estado a realizar, não possuindo ainda números, mas as questões da negligência aconteciam naturalmente após situações como a que se vivia na atualidade, tinham de estar preparadas para elas, estando a realizar todos os esforços com todas as entidades no sentido de colmatar as questões.

Esclareceu que a Câmara não possuía Assistentes Sociais nem realizava ação social, possuía um serviço de Assuntos Sociais que encaminhava, que tratava, mas não realizava ação social, por ser uma questão que não era da sua competência. Possuíam técnicos relacionados com as questões sociais, alguns de sociologia, outros de política social, outros de serviço social, mas Assistentes Sociais propriamente ditas não possuíam, não sendo aquela a responsabilidade da Câmara. A assistência social era realizada pela Segurança Social, que também tinha estado a realizar atendimentos presenciais, à qual recorriam e para quem também encaminhavam questões.

Sr. Presidente – Informou que o Conselho Municipal de Educação reuniu duas vezes, a primeira na semana anterior e a segunda no dia anterior, para concluir os trabalhos sendo o balanço da situação o que a Sr.^a Vereadora Vivina Nunes realizou, dando apenas nota de que foi dado parecer positivo, unânime, do Conselho Municipal de Educação à agregação da Escola Secundária da Baixa da Banheira com o Agrupamento de Escolas do Vale da Amoreira, um assunto que já vinha sendo falado há algum tempo e que teve uma proposta formal por parte da DGES, que foi apreciada nos dois Conselhos Gerais e posteriormente no Conselho Municipal de Educação e obteve parecer favorável em todos os locais.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Transmitiu aos presentes que sobre missas, igreja, uma questão levantada pelo Sr. Vereador Luís Chula, no dia anterior, houve uma televisão local, existindo mais dois Vereadores que deram entrevista para a televisão local a respeito do BCP/Millennium, que lhe solicitou que se deslocasse a Alhos Vedros para uma pequena entrevista, onde aproveitou, estando em Alhos Vedros, para despachar uma série de pequenos assuntos que, como pessoa poupada que se considerou, evitava as deslocações e como tal despachou uma quantidade de assuntos, entre os quais, a resposta à solicitação do novo Padre da Igreja de Alhos Vedros, que pretendia falar consigo sobre a opinião que possuía e da qual o próprio referiu não discordar inteiramente, de que seria melhor realizar, a partir do fim-de-semana seguinte, em que se passava a realizar missas, fazê-lo sob a forma de missas campais, ou seja, utilizar o jardim. Acrescentou que, chamou a atenção do Sr. Padre para o facto de que para se conceder uma Licença de Utilização do Espaço Público, o Sr. Padre teria de garantir o afastamento das pessoas, ou seja, não sabendo se não lhe seria mais fácil realizá-lo dentro da sua igreja do que na rua, levando as pessoas as suas cadeiras. De qualquer forma, explicou-lhe que, do ponto de vista da Câmara bastava realizar o pedido de Utilização do Espaço Público, se pretendesse realizar alguma missa campal no jardim em frente à igreja, de forma a poder ser analisado e a poderem

ter em conta. Compreendendo, pessoalmente, a questão de poder ser melhor ao ar livre, as pessoas afastavam-se mais, mas que tinham que ter cuidados.

Quanto à limpeza de terrenos, outro assunto levantado pelo Sr. Vereador Luís Chula, referiu que no concelho da Moita existiam cerca de quase duzentos terrenos de privados que careciam de limpeza, ou seja, eram considerados áreas “florestais”. A época normal para a limpeza dos terrenos, como referido pelo Sr. Vereador Luís Chula, era até ao dia 31 de março, tendo muitos realizado a limpeza até essa data, tendo sido posteriormente prorrogado o prazo até ao dia 31 de maio, devido à questão do COVID, acontecendo uma questão que considerou preocupante, nomeadamente que entre o dia 31 de março e o dia 31 de maio, nos dois meses decorridos, choveu muito e as ervas cresceram, o que também acontecera até dentro das próprias vilas, como o Sr. Vereador Miguel Canudo referira, que por vezes, tinham dentro das suas próprias áreas urbanas ervas que cresciam demasiado, e como tal, na sexta-feira anterior realizaram um novo levantamento de como estava a situação, e no próprio dia da reunião assinou novas notificações para todos, os mais de cento e cinquenta proprietários, deixando-as em mão, porque tratou da questão no Pavilhão Municipal de Exposições e quando se dirigiu ao edifício dos Paços do Município deixou-as em mão no respetivo serviço de correio, para que as notificações dessem saída no dia atual ou no seguinte, porque sendo uma questão chata, tentar que as pessoas tivessem os terrenos limpos (caso contrário podiam existir incêndios), aceitando perfeitamente que, do ponto de vista legal, alguns proprietários responderiam que já efetuaram a limpeza, antes da data de 31 de março, e que não tinham culpa que as ervas tivessem crescido entretanto. Acrescentou também ter conhecimento, antes que o Sr. Vereador Miguel Canudo lhe respondesse, que existiam ambientalistas que referiam que, de facto, só se deviam efetuar as limpezas até ao dia 31 de março, porque em maio já existiam ninhos e pardais, questões que percebendo e entendendo, naturalmente, não podiam era ter incêndios, para mais num ano em que os bombeiros e forças de segurança estavam mais atarefadas e mais cansadas devido à pandemia que enfrentaram e ainda enfrentavam, e como tal, tudo o que fosse possível fazerem para minimizarem a época de incêndios, deviam fazer.

Informou que existiram alguns pedidos de esplanadas, colocando alguns lugares de estacionamento de automóveis, já havendo abordado o assunto na última reunião de Câmara, e seguindo esses pedidos para o Sr. Vereador Miguel Canudo, porque os estacionamentos só eram pagos com o aval dos seus serviços.

Existiu um assunto que tendo dado uma volta com vários fiscais por todos os cafés, esplanadas e restaurantes do concelho, que eram quatrocentos, existindo uma questão que ainda não havia falado com o Sr. Vereador Miguel Canudo, mas que era importante para o mesmo, e que era necessário que os seus serviços verificassem, nomeadamente que, nas duas esplanadas da Fonte da Prata Nova, queixaram-se muito de um piolho da árvore, que se encontrava em cima de todas as mesas, referindo que no ano anterior havia levado um tratamento e que no ano atual ainda não tinham realizado o referido tratamento, não sabendo concretamente ao que se referiam, mas o Sr. Vereador Miguel Canudo saberia certamente ou a quem encaminhar o assunto.

Sobre questões que começariam a desconfinar ou a abrir, não se tendo realizado o mercado do mês de maio, no quarto domingo de cada mês, no concelho da Moita, se bem que em maio já era permitida a realização de feiras, tendo conversado com o Sr. Presidente e sendo muito claro com todos os presentes, considerou que a população não ia aceitar que houvesse o mercado e não houvesse a Feira de Maio, com os touros e espetáculos musicais entre outros, tendo ambos chegado à conclusão que não haveria mal em esperarem mais um pouco, até para verificarem como estariam a funcionar os outros mercados, antes de abrirem o seu, no quarto domingo do mês. Antes disso combinou com o Sr. Vereador da Proteção Civil conversarem na semana seguinte, porque de acordo com as ordens recebidas havia que estabelecer um Plano de Contingência especial para o mercado, e no fim-de-semana seguinte iria decorrer o mercado de Corroios, onde pretendia ir pessoalmente verificar como fariam, não havendo vergonha em referir que não tinham de inventar tudo, podendo verificar no local como estava a ser realizado e reproduzir o que existia de positivo, não vendo na questão vergonha alguma, e como todos conheciam referiu ser muito claro naquelas questões considerando que era

estudando e vendo como estavam a fazer que se aprendia. No que respeitava aos mercados das terças e quintas-feiras, no local, só tinham funcionado os vendedores de produtos hortícolas, de produtos alimentares. As outras vendedoras/vendedores de *lingerie*, malas e outros, estiveram cancelados, e sendo no todo seis a sete vendedores, não provocava nenhum ajuntamento e como tal ponderou muito seriamente, pretendendo ouvir a opinião dos presentes sobre a questão, nomeadamente abrir já no mês de junho o mercado das terças e quintas-feiras. Ao invés de estar presente um vendedor estariam seis, tendo os outros vendedores efetuado algumas queixas, até porque não sabendo da questão, muitos deles vendiam a crédito, ou seja, como os clientes eram sempre os mesmos, deixam levar as peças, e referiam que as pessoas pretendiam ir pagar e que tinham encomendas, o que o levou a ponderar seriamente abrir já no mês de junho, também pelo motivo de facilitar um pouco os serviços de cobrança dos Balcões porque a cobrança daqueles mercados era trimestral, ou seja, pagaram o primeiro trimestre, janeiro, fevereiro e março, e já não funcionaram em março. Em relação ao segundo trimestre, abril, maio e junho, se abrissem em junho, este mês contaria como o mês de março, já pago, ou seja não pagariam e voltariam a pagar no terceiro trimestre ou seja, julho, agosto e setembro, facilitando também um pouco os serviços de cobrança do Balcão Único, e resolviam a questão de colocar a funcionar. Igualmente, o quarto domingo de cada mês, se no domingo verificasse que em Corroios corria bem, perceber como estavam a realizar, posteriormente, na semana seguinte, teria uma conversa com o Sr. Vereador da Proteção Civil, e conceberiam um Plano de Contingência para o mercado, pois de facto todos os mercados estavam a abrir e não constatou nenhum motivo para que não abrissem o mercado mensal do concelho da Moita, ou seja no quarto domingo do mês de junho terem o mercado municipal aberto.

Ainda sobre a questão das aberturas, questionou o Sr. Vice-Presidente, relativamente ao varino Boa Viagem, questão que teriam de decidir mais tarde ou mais cedo de avançar, tendo em conta o desconfinamento, naturalmente com cuidados que teriam de combinar, eventualmente o uso de máscaras, alterar a lotação do barco, mas referiu gostar de ouvir a opinião do Sr. Vice-presidente porque o Varino pertencia ao património, ou seja, estava no pelouro do Sr. Vice-presidente mas os bilhetes e utilização passava muito pelo Posto de Turismo, ou seja, no Turismo, havendo portanto necessidade de conciliar as questões, não querendo perder a ocasião para solicitar a sua opinião e para chegarem a uma conclusão sobre como fazer, sendo a sua opinião a de que provavelmente tinham de reduzir um pouco o número de passageiros, mas estaria na disposição de começarem a avançar com a questão. Sobre a questão levantada pelo Sr. Vereador Joaquim Raminhos, relacionada com as esplanadas, referiu existirem uma série de cafés, restaurantes entre outros a solicitarem esplanadas, alguns solicitando lugares de estacionamento, e nesse caso envia um *e-mail* para o Sr. Vereador Miguel Canudo, tendo de momento mais dois *emails* com pedidos para lhe enviar, aguardando posteriormente resposta porque os lugares de estacionamento eram algo muito complicado. Para além dos lugares de estacionamento existiam uma série de pessoas, proprietários de cafés e estabelecimentos de restauração e bebidas que necessitavam de alargar as suas esplanadas. Nas visitas que efetuara na semana anterior aos estabelecimentos, conjuntamente com os trabalhadores da fiscalização, a obrigar as mesas a estarem mais afastadas e se as mesas estavam mais afastadas a área de esplanada que tinham, naturalmente não albergava o mesmo número de mesas. Os proprietários pretendiam aumentar o número de mesas porque, no interior, as pessoas não queriam permanecer e como tal, colocou-se uma questão, que havia que resolver no imediato. Daí decorreu a conversa com o Sr. Vereador Joaquim Raminhos, também com a presença do Sr. Presidente, de forma a acelerarem um pouco o processo. Propôs algo distinto na reunião em curso, para todos pensarem e analisarem e se a resposta fosse negativa, estavam à vontade, começando por colocar que as esplanadas, na atualidade, legalizam-se no Portal do Licenciamento Zero, o computador do balcão de atendimento que ainda existia no Pavilhão Municipal de Exposições, onde se localizava a Divisão de Desenvolvimento Económico tinha acesso, naturalmente, ao Licenciamento Zero. Podendo muitas pessoas tratar da questão por si mesmas, em casa, mas o tecido empresarial do concelho, no que concernia a estabelecimentos de restauração e bebidas, sendo um tecido empresarial trabalhador, mas simples, normalmente ia ao Balcão Único tratar daquelas questões, sendo auxiliado pelo pessoal do Balcão

Único, a preencher tudo o que era necessário. Sugeriu que o pessoal da Divisão de Desenvolvimento Económico também realizasse um pouco de atendimento para auxiliarem as pessoas no Licenciamento Zero, para despacharem mais rapidamente a questão, porque o que haviam falado, de realizarem uma “licençazinha” até ao dia 30 de junho e enquanto isso as pessoas iam tratando, no entanto estavam a aparecer tantos pedidos para o aumento de esplanadas, que se mostrou um pouco preocupado em como é que as pessoas tinham a questão tratada e paga antes do dia 1 de julho, que era o que desejava, uma vez que não gostaria de ter esplanadas ilegais, e o documento que estava a passar só tinha validade até ao dia 30 de junho, que foi o que haviam decidido licenciar com taxa zero, deixando a questão em aberto para discutirem em reunião.

Por fim, relacionado com a questão colocada pelo Sr. Vereador Luís Chula, de eventos que contavam com a presença de mais de dez pessoas, afirmou que o comércio estava a passar por dificuldades, a situação estava muito difícil, pensando que todos os presentes tinham aquela noção e como tal não perderia muito tempo com as suas explicações sobre a questão, mas indo ter a decisão somente por volta de 10 de junho, depois do futebol abrir e verificar a situação, acrescentando estar muito inclinado para a 25 de julho, sábado, realizar a habitual semana de moda na Moita, com o desfile de moda onde desfilavam os modelos num local mais elevado, ninguém lhes tocando, havendo que colocar as cadeiras mais afastadas do que o normal, naturalmente, mas de facto também gostaria de dar um sinal aos comerciantes, pessoas que tinham as lojas de roupa, etc., de que também percebiam as dificuldades deles, embora levantasse algumas questões nas quais teria de trabalhar e como tal, referiu que só decidiria perto do dia 10 de junho, pretendendo antes dessa data ouvir as opiniões dos presentes, porque levantava algumas dificuldades, quanto mais não fosse o local onde os modelos se vestiam, pois costumava ser no interior do edifício dos Paços do Concelho, desfilando posteriormente no palco em frente ao edifício da Câmara, mas mostrou ter algumas reticências na questão porque muitos modelos a vestirem-se e despirem-se ao mesmo tempo levantava questões, pois o espetáculo em si, o desfile em cima da passerelle e as cadeiras, se estivessem afastadas já não lhe levantavam assim tantos problemas, mas de qualquer forma referiu gostar de ouvir a opinião dos presentes, de uma forma geral sobre as questões que colocou, as feiras, terças e quintas e domingo de cada mês, bem como ainda o assunto do “Abra a Bagageira”, que costumava acontecer no sábado que antecedia o último domingo de cada mês, iniciativa que gostaria de voltar a abrir, mas não no mesmo local, porque naquele enfiamento, debaixo daquelas árvores tinham uma boa sombra, mas era apertado e as pessoas ficavam todas juntas. Pensando que todos conheciam a iniciativa, pensou, durante uns tempos, passa-la para o interior do recinto de feira, ou seja, abriam os portões, os carros entravam, delimitavam bem o espaço de cada carro, naturalmente que isso obrigaria a permitirem às pessoas levarem uma sombrinha, porque no outro local estavam debaixo das árvores e naquele local estariam ao sol, mas daria um pouco mais de espaço, colocando os carros dispostos num único sentido mas abrir de facto o “Abre a Bagageira”, também em junho, já no próximo mês. O Desfile de Moda em julho; o mercado no quarto domingo de cada mês e as terças e quintas do mercado semanal e o “Abre a Bagageira” em junho, após ouvir as opiniões dos restantes presentes.

Sr.ª Vereadora Filomena Ventura – Disse que três munícipes enviaram um *e-mail* para todos os eleitos, o Sr. João Campos, com situações de buracos e abatimentos na Moita, salvo erro todas elas dentro da zona da chamada Quinta do Moinho, a Sr.ª Dona Justina Campos, que questionava se era legal uma construção na freguesia da Baixa da Banheira, e o Sr. Durval Santos, na zona do que chamavam o Alto de São Sebastião, e que havia respondido aos três munícipes embora sabendo que tinha seguido para quem tinha as competências, e respondeu como fazia habitualmente referindo que iria existir reunião de Câmara na próxima quarta-feira e que se comprometia a realizar o ponto de situação, questionando portanto qual era o ponto da situação. Informou que em relação à resposta do munícipe Sr. Durval Santos, no Alto de São Sebastião, que focou inclusivamente uma situação na rua Eça de Queirós e num outro cruzamento, levantando a questão dos arbustos, sugerindo se não seria boa ideia fazer um parque de estacionamento e nessa questão foi um pouco mais longe relativamente ao munícipe Sr. Durval Santos, alertando-o que relativamente à limpeza dos arbustos, os trabalhadores do Município

havam estado, para proteção da sua própria saúde confinados, após 16 de março até à data, sendo natural que não tivessem realizado a limpeza. que era feita normalmente. mas que estavam a tratar da questão e relativamente à proposta daquele munícipe sobre o estacionamento alertou-o para o facto de não ser conveniente fazer o estacionamento em muitos locais, porque posteriormente tinham o problema de quanto mais ocupassem o solo com alcatrão, mais o impermeabilizavam. De qualquer forma, comprometeu-se com os três munícipes que levaria da presente reunião alguma resposta.

Como referido anteriormente pelo Sr. Presidente, estavam a tentar regressar à normalidade possível em relação aos trabalhadores do Município. Durante o período que passou, receberam a Ordem de Trabalhos, obviamente cumprindo o que estava no Código de Procedimento Administrativo, 48 horas antes da reunião. Referiu ter tido grandes dificuldades em realizar a pesquisa para se preparar para alguns dos pontos da Ordem de Trabalhos da presente reunião, questionando portanto o Sr. Presidente se, tendo a consciência de que estavam a cumprir a legislação, se havia alguma, considerando que certamente haveria alguma flexibilidade para poderem voltar a receber a Ordem de Trabalhos e as Propostas, pelo menos na sexta-feira, porque conseguiam gerir os trabalhos, a vida familiar e a leitura das Propostas, pois considerou que todos os que se encontravam à volta da mesa, pretendiam que as suas decisões, sendo-o, que fossem conscientes e em prol da população.

Sr. Vereador Carlos Albino – Assinalou, das questões enumeradas, pelo menos uma que teve a oportunidade de testemunhar pessoalmente e que já fora intervencionada, nomeadamente o buraco que estava no passeio da avenida José Almada Negreiros, que no momento já se encontrava tapado, tendo sido inicialmente colocado no local umas baias e posteriormente intervencionada a situação, não sabendo se ainda iria ter mais atividades, mas pelo menos já se podia circular pois o buraco anteriormente existente já não existia, sendo essa a nota positiva que tinha para dar.

Outra nota, não tão positiva seria que o carro que se encontrava no local, abandonado, e que a seu ver, acreditava ter todas as condições, face ao tempo que se encontrava no local para que pudesse ser removido, sendo importante que assim fosse, porque o considerou um foco de insegurança, que dava mau aspeto e não cumpria as regras, deixando mais uma vez um apelo para que a questão fosse tratada.

No que concernia a uma situação nova que pretendia trazer, colocou que nas traseiras da Rua Luzia dos Santos, na Baixa da Banheira, era uma constante, percebendo que existiriam eventualmente outras áreas mais importantes, até pelo fluxo de pessoas, mas aquele também seria um espaço que importava preservar e manter. Também ficou a aguardar as respostas para aquilo que a sua colega Filomena Ventura referiu.

Após algumas visitas que tinham vindo a realizar junto do comércio local, tinham-lhes chegado algumas questões, nomeadamente: - no Mercado Municipal da Zona Sul da Baixa da Banheira foi-lhes colocada uma questão específica relativamente ao funcionamento, julgando que estava previsto no Regulamento e solicitando que o corrigissem se estivesse a ser incorreto, que durante o verão, as luzes do referido Mercado Municipal, durante o dia seriam apagadas, isto porque o que lhe fora referido pelos comerciantes é que com o calor e as luzes acesas se tornava muito quente, o que estragava a fruta, ou seja, existindo boas condições de luminosidade, estando no regulamento, seria de verificar a questão com os comerciantes porque quem se queixara fora o da fruta, acreditando que também se queixaria o do peixe que gastava mais caixas de gelo para manter o pescado fresco. Considerou que seria uma questão a ver, e a ter em conta. Acrescentou que ainda lhe colocaram a questão, sem saber qual o enquadramento, de que não teriam sido enviadas as faturas para pagamento dos espaços e posteriormente teriam sido cobrados com os respetivos juros, sendo eventualmente importante verificar o que poderia ter ocorrido, mesmo na questão da comunicação com as pessoas, reportar-lhes, porque independentemente do que era ou não falado, considerou que o importante era que a informação chegasse às pessoas, por quem de direito a devia dar e na sua opinião quem a devia dar em primeiro lugar, eram os serviços a quem as pessoas respondiam e as pessoas que geriam o espaço, e numa ou noutra questão, em situações específicas o próprio ou outro, podendo realizar a função de

informar, não queriam nem se podiam fazer substituir aos Órgãos que tinham as respetivas competências.

Por terem colocado em reunião qual era a questão relativamente aos terrenos, de questões relacionadas com a limpeza, questionou por considerar importante entenderem, desde que entrou em vigor o novo Decreto-lei 10/2018 que obrigava, tanto os particulares como as entidades públicas a proceder a um conjunto de ações, nomeadamente no que respeitava à limpeza dos terrenos, nesse âmbito, se tinham estado, a Câmara Municipal da Moita e tinha ou não sido autuada, por incumprimento ou se pela positiva tinha conseguido sempre cumprir e dar resposta àquelas que eram as suas obrigações.

Aproveitando o processo de desconfinamento gradual, que iam observando e com a retoma gradual da atividade laboral e do comércio, considerando o próprio que determinadas atividades, se possível, reafirmando em teletrabalho, conversando sempre com os trabalhadores para verificar se existia essa disponibilidade, na sua opinião poderia ser uma boa solução, não a régua e esquadro, como por vezes se afirmava, mas caso a caso, avaliando corretamente, questionou, no que se referia às transmissões *on-line* para as reuniões que estavam agendadas como públicas, ainda que podendo haver constrangimentos relacionados com a presença do público, se seria possível voltar a retomar as transmissões *on-line* para aquelas reuniões, abrindo daquela forma à população aquelas que eram as reuniões de Câmara.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Relativamente à queixa que todos os eleitos receberam da Sr.^a Justina Campos, esclareceu ser uma construção de uma habitação ilegal, tendo no dia anterior um fiscal, deslocando-se ao local, sendo a questão antiga, e já havendo sido multado no ano anterior, ou seja já tivera uma coima em 2019, sendo o procedimento no momento atual enviar as fotografias que foram recebidas da Sr.^a Justina, para o Gabinete Jurídico, de forma a juntar ao processo, porque do ponto de vista da fiscalização a questão no ano anterior já havia transitado para o Gabinete Jurídico, porque já estava detetado, não sendo um caso novo, tinha uma coima.

No que concernia às questões colocadas pelo Sr. Vereador Carlos Albino, colocou que iria verificar a questão da luz, naturalmente e sobre os erros de pagamento, na última reunião de Câmara, começou uma intervenção exatamente chamando a atenção para o facto de estar com um problema, porque as pessoas haviam tentado pagar, os serviços não se encontravam a funcionar em pleno e quando finalmente pagaram, fizeram-no com juros, tendo sido realizado todo o levantamento, que terminaram naquele preciso dia, tratando-se de valores mínimos, por exemplo juros de 0,31€, de 0,28€. Naturalmente as suas instruções foram informar da questão o Balcão Único, do Sr. Vereador Joaquim Raminhos, já se encontrando no momento toda a informação no Balcão, discriminada, duvidando que a maioria das pessoas reclamassem porque na realidade, o que sucedera foi que em março o Balcão Único começou a realizar marcações e as pessoas acabaram por efetuar os pagamentos em abril, ou mesmo em maio, porque as marcações, mesmo atualmente, estariam com um mês de marcação, ou seja, quando se realizava a marcação era-se atendido um mês depois, existindo um período em que chegara a ser mais de um mês e portanto a pessoa ia pagar, não sendo na realidade culpa da pessoa, sendo culpa da Câmara, tratando-se na realidade de 0,28€, 0,31€, sendo tudo naturalmente analisado e informado para o Balcão Único, para que no mês seguinte se procedesse ao desconto dos valores em causa, na eventualidade de as pessoas reclamarem, porque não considerou enviar uma carta às pessoas por causa de 0,28€, 0,15€, porque saía mais cara a carta, do que a questão. Naturalmente, nos Mercados, falava sobre a questão, quando questionado sobre tal assunto, não discutindo 0,15€, mas havia colocado na reunião de Câmara e como tal considerou estranho o Sr. Vereador Carlos Albino ter trazido a questão, uma vez que foi um dos assuntos, que fora abordado na última reunião, tendo considerado que, na altura, o Sr. Vereador Joaquim Raminhos até havia ficado um pouco “zangado” consigo, por trazer a questão, o que motivou as reuniões que se seguiram para verificarem como resolveriam as questões, como tal, foi um assunto debatido por todos, na reunião de Câmara anterior.

Sr. Presidente – Relativamente ao Varino, disse que desejavam que o mesmo pudesse regressar ao funcionamento, mas não estavam ainda determinadas regras para a retoma das atividades denominadas marítimo-turísticas, atividades náuticas, etc., não existindo nenhuma informação do Governo sobre essa matéria e, portanto, até ao momento tudo se encontrava suspenso. Quando saísse, com as adaptações necessárias, pensa não haver motivo para não se retomar, informando ainda que o Varino teve uma reparação muito importante no ano em curso, com um novo motor, uma vez que o anterior estava envelhecido, dando problemas, era extremamente ruidoso, e com o motor novo encontrava-se em todas as condições para proporcionar ainda maior conforto aos passageiros, havendo que esperar que se possa reiniciar a atividade.

Sobre as questões do Mercado, considerou que em junho, se tudo corresse como todos esperavam, seria efetivamente um mês de acentuada diminuição das restrições não existindo, portanto, nenhum motivo para que o Mercado ou o “Abra a Bagageira”, sempre com as precauções necessárias, não retomassem o seu funcionamento.

No que concernia às questões colocadas pela Sr.^a Vereadora Filomena Ventura, uma já tinha sido respondida e as restantes sendo de pormenor, não tinha resposta, nem pensava que alguém a tivesse de memória.

Relativamente à Ordem de Trabalhos, disse que veriam a questão caso a caso, em cada semana, o que se conseguiria e aconteceria.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Presidente.

1. IMPLEMENTAÇÃO DA CHAVE MÓVEL DIGITAL

“A Associação de Municípios da Região de Setúbal tem vindo a acordar com a Agência para a modernização Administrativa, a elaboração de um Protocolo que, sem qualquer custo para os municípios associados, permita a utilização da autenticação pela Chave Móvel Digital.

Este instrumento permite a identificação segura dos cidadãos, nos sites de internet das entidades aderentes, através da simples associação voluntária de um número de telemóvel, ou endereço de email, à identificação civil, permitindo uma interação mais rápida e desburocratizada.

Estando o município da Moita, desde há muito, empenhado num processo de modernização e desburocratização dos processos, torna-se evidente a vantagem trazida pela possibilidade do uso deste sistema de autenticação segura, pelo que se propõe:

- A aprovação da minuta de protocolo, que se anexa, a estabelecer entre a Câmara Municipal da Moita e a Agência para a Modernização Administrativa, tendo por objeto a definição das regras que visam permitir a autenticação através da Chave Móvel Digital, como meio seguro, nos sítios da Internet do Município.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, havendo as seguintes intervenções:

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – A propósito da proposta apresentada referiu nada ter contra, antes pelo contrário, pretender votar favoravelmente uma vez que correspondia também a uma atualização dos tempos e da modernização dos serviços, e tudo bem. No entanto, e a propósito daquele tema, deixou uma sugestão, que não seria naquela reunião, mas que deveriam realizar uma ponderação sobre o Protocolo existente com a AMA, porque aquele Protocolo já tinha alguns anos, existindo uma série de serviços que a AMA continuava a anunciar que teriam, mas que não existiam no Protocolo e por vezes as pessoas questionavam, por exemplo, realizar-se a nova assinatura no Cartão de Cidadão, mas que não se fazia, considerando que seria positivo ponderarem a solicitação à AMA de uma reunião para esclarecer alguns daqueles aspetos, porque por outro lado, a questão também requeria recursos, portanto, da parte do Município teriam de assegurar alguns recursos humanos, da parte da AMA, algum apoio na formação.

Sobre a proposta em concreto, ficou com uma dúvida, tendo trocado algumas impressões também com o Dr. Nuno Libório, e esteve a ponderar que no atual momento a chave móvel digital, sendo bem manuseada, através do Cartão de Cidadão, conseguiam aceder à Chave Móvel Digital, no entanto nem todas as pessoas a tinham, dizendo-se que quando fosse renovar o Cartão ficaria com a situação resolvida, mas ainda assim, ainda restariam pessoas que tinham que vir ao Balcão do Cidadão, referir que vinham solicitar a inserção da sua Chave Móvel Digital, o que podia acarretar mais um serviço, porque certamente a Câmara faria o anúncio, eventualmente num próximo Boletim, colocando que se a pessoa não a possuísse deveria dirigir-se ao Balcão. Encontrando-se o mesmo com algumas dificuldades nos recursos humanos, aproveitando para solicitar mais uma vez um reforço ao Sr. Presidente, sabendo que existia preocupação nesse sentido, mas que o alargamento de outras questões que a AMA ia desejando, algumas com pertinência, tendo mesmo de se verificar a questão dos recursos humanos em que há algum tempo tinham verificado situações, porque os recursos humanos existentes, haveria um que resolveria a situação, mas generosamente cederam ao Sr. Vereador Luís Chula, como tal, o Balcão continuava com dificuldades, ou seja, a pessoa em causa já não resolvia as dificuldades todas, mas algumas. Ficaram com dificuldades acumuladas, deixando ao Sr. Presidente a preocupação que muito brevemente julgava haver algumas saídas para ser possível reforçar os recursos humanos do Balcão, só assim ficando mais tranquilo, uma vez que o pessoal dizia que vinha mais uma função e não reforço de pessoal.

Quanto à Proposta, apresentada, considerou-a bem-vinda e informou que votaria favoravelmente.

Sr. Presidente – Esclareceu que tinha havido uma paragem nos procedimentos, mas seria retomado, para se concluir o concurso dos Assistentes Técnicos que estava em curso e já na parte final, realizando em seguida a fase das notificações, a publicação da lista de classificação final. Foi o que havia sido suspenso no período que passou, porque envolvia a deslocação de pessoas aos serviços, e não havia condições para que tal acontecesse, mas seria retomado nos próximos dias com a perspetiva que durante o verão se começasse a chamar as pessoas daquele concurso e iniciar-se o preenchimento das lacunas naquela área. Entretanto existia a questão de uma pessoa que haviam referido que estava a ser tratado.

Sobre a Chave Móvel Digital, quem possuía o leitor de Cartão de Cidadão, conseguia fazê-lo, através de uma aplicação que se instalava para fazer a leitura do mesmo e reconhecimento do Cartão e para fazer a Assinatura Digital, que também permitia a ativação da Chave Móvel Digital, e como tal, para algumas pessoas não seria necessário deslocarem-se a nenhum serviço.

Relativamente à questão da AMA, sendo uma questão complexa, deviam abordá-la, mas existiam complexidades que advinham da relação desequilibrada entre aquilo que a AMA pretendia que o Município fizesse e os recursos que forneciam para o realizar.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr.^a Vereadora Vivina Nunes.

2. ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS

“Atendendo as necessidades em matéria de recursos humanos manifestadas pelo serviço, aliada à progressiva saída de trabalhadores por motivos de aposentação, verificada nos últimos anos, têm impossibilitado dar cumprimento a algumas das competências e atribuições em matéria de colocação de pessoal em áreas vitais do Município de modo a prosseguir de forma adequada as várias atribuições e competências do Município.

Em conformidade, e nos termos do determinado, nos artigos 30º e 33º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, conjugados com o nº 1 do art.º 9 do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, seja proferida decisão favorável à abertura de procedimento concursal comum na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o preenchimento dos postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal desta Câmara Municipal para a seguinte carreira/categoria:

3 Lugares de Assistentes Operacionais – Cantoneiros de Limpeza

Propõe-se ainda, nos termos do nº 5 do art.º 30º Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, igual decisão quanto ao recrutamento de trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público.

Os postos de trabalho integram o Mapa de Pessoal de 2020 e os encargos resultantes estão previstos na respetiva rubrica orçamental, pelo que, com observância das demais regras legais invocadas, submete-se a presente a aprovação.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Presidente.

3. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO COMODATO

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES – CENTRO DE CONVÍVIO DOS BREJOS DA MOITA

“A “ASSOCIAÇÃO DE MORADORES – CENTRO DE CONVÍVIO DOS BREJOS DA MOITA”, pessoa coletiva n.º 502 784 032, constituída por escritura pública celebrada em 26 de Março de 1992 (Cartório Notarial do Barreiro- Livro de Notas n.º 391-A, de fls. 28 a fls. 28 verso), tem por finalidade a “Organização da População dos Brejos da Moita, com vista à defesa dos seus interesses específicos, em termos da Constituição da República e, ainda a promoção cultural dos associados e da população da mesma localidade em geral através da educação cultural, física e desportiva e de ação recreativa”.

As suas atividades são desenvolvidas em instalações municipais, integradas no domínio privado municipal, sitas na Rua 25 de Abril, Brejos, Freguesia de Moita, nas quais a associação se encontra sedeadada desde 1989, através de um “Protocolo de Utilização”, entendendo-se que atualmente

encontram-se reunidas as condições para que o processo se conclua no que respeita à celebração do comodato das instalações para a Associação, como é vontade das partes intervenientes no processo.

Tendo em conta casos de idêntica natureza em que a Câmara Municipal promove e apoia no âmbito do associativismo iniciativas consideradas relevantes nesse domínio, proponho que:

No uso das competências previstas nas al.^{as} u) e ee), do art.º 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Câmara Municipal delibere aprovar a celebração do contrato de comodato, nos termos da minuta anexa à presente proposta e que dela faz parte integrante, através do qual o Município da Moita cede, a título gratuito à “Associação de Moradores – Centro de Convívio dos Brejos da Moita” o prédio (instalações municipais) integrado no domínio privado municipal, (A.C. 119,00 m² – A.D. – 1 901,00m²), sito na Rua 25 de Abril, Brejos, Freguesia de Moita, descrito na Conservatória do Registo Predial da Moita sob o n.º 1957/130691 – Moita e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo P6799 da indicada freguesia, devidamente identificado na planta anexa e que dele se utilize como sede social e instalações de apoio ao desenvolvimento das suas atividades, de acordo com o seu cariz social, em prol da comunidade da freguesia da Moita em geral e dos moradores dos Brejos e seus associados em particular.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão havendo as seguintes intervenções:

Sr.^a Vereadora Filomena Ventura – Sugeriu, relativamente ao comodato, que se revisse o texto da proposta bem como o conteúdo do contrato.

Sr. Vereador Luís Chula – Disse que era uma questão de esclarecimento na própria Proposta, nos considerandos, no segundo parágrafo, na parte final refere o seguinte: “...entendendo-se que atualmente encontram-se reunidas as condições para que o processo se conclua no que respeita à transmissão das instalações para a Associação...”, sendo que aquilo que era dado a entender quando se lia o que estava escrito, é que ia haver uma transmissão das instalações para a Associação, e sabiam que não era o que ia acontecer, sabiam que era na condição de comodato, propondo que, se pudesse colocar no local referido, em complemento, “...no que respeita à transmissão das instalações para a Associação, segundo o Protocolo em anexo...”, ficando assim de uma forma muito clara o assunto de que estavam a tratar.

Sr. Presidente – Considerou ser de fácil resolução a questão, pois de facto a palavra transmissão era normalmente associada a uma transferência da posse, embora no contexto se percebesse, a palavra pode alterar-se e ao invés de se acrescentar muito, substituindo-se a palavra por outra, designadamente chamando-lhe pelo nome, “...no que respeita à celebração do comodato...”, ficando resolvido, explicitamente, do que estavam a tratar.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta (que já se transcreveu na sua redação final) submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente disse querer fazer uma nota de preâmbulo antes da apresentação, pelo Sr. Vice-Presidente, da proposta seguinte, para reforçar que aquele era um objetivo que vinha a ser trabalhado no DASC, desde há algum tempo e que correspondia àquilo que pensavam ser a forma mais salutar, mais eficaz e aquela que politicamente defendiam de trabalhar naquelas matérias e de trabalhar com

o Movimento Associativo. Envolvê-los na discussão, ouvi-los, ouvir as suas propostas, tendo um trabalho efetivamente de estreitamento dos laços para que todos se conhecessem melhor, para que todos percebessem melhor as potencialidades que tinham e as dificuldades que tinham, e para que aquilo que se viesse a transformar em políticas municipais, tivesse efetivamente o respaldo de uma discussão e de um trabalho prévios com as Associações e com os agentes, não só as Associações, como com todos os atores da atividade desportiva no concelho da Moita, considerando que o que estava na Proposta era resultado de um trabalho naquele sentido e de um trabalho muito positivo, muito profícuo, que foi e estava a ser conduzido pelo Departamento de Assuntos Sociais e Cultura.

A proposta abaixo transcrita foi, seguidamente, apresentada pelo Sr. Vice-Presidente.

4. APROVAÇÃO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO DO MUNICÍPIO DA MOITA

“O Desporto engloba em si mesmo um conjunto de valores e princípios inestimáveis, sendo um importante instrumento de liberdade, cidadania e participação cívica, sendo ainda uma ferramenta para a promoção da saúde e bem-estar, quer físico, quer intelectual.

Sendo o Desporto um direito fundamental consagrado na Constituição da República Portuguesa o apoio e assunção de compromissos para a sua promoção, através de políticas públicas que promovam o acesso de todos os cidadãos à sua prática, pressupõe a repartição de responsabilidades entre a administração pública, central e local.

Fomentar uma intervenção integrada, concertada e comprometida de todos os agentes na promoção e desenvolvimento desportivo sustentável do Município da Moita, através da construção de um referencial comum que dê coerência à política desportiva municipal e consistência à intervenção dos agentes desportivos locais, foi o objetivo que presidiu à elaboração do Plano de Desenvolvimento Desportivo do Município da Moita (PDDMM).

É nessa estratégia de desenvolvimento desportivo que integramos o plano operacional que contém o conjunto dos contributos e propostas de atividades de todos os agentes desportivos que procuram desta forma fazer da Moita um Município de Referência no Desporto Para Todos.

Assim propomos de acordo com o artigo 23º, nº 2, alínea e), f), g) e m) e artigo 33º, nº 1, alínea p) e u) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a aprovação do PDDMM (conforme documentos em anexo).”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, havendo as seguintes intervenções:

Sr.ª Vereadora Filomena Ventura – Agradeceu, ao Sr. Presidente e ao Sr. Vice-Presidente, a explicação e solicitou que lhes dissesse que, para ser possível ter um voto responsável, que certamente não seria colocado em causa pelos proponentes, os documentos em causa tinham de ser suficientemente estudados e obviamente analisados, tendo intervindo no período Antes da Ordem do Dia, referindo-se exatamente àquele documento e ao tempo para o estudar, porque teve alguma dificuldade em encontrar no site do Município qualquer referência às primeiras jornadas do Desporto, que fora feito na metodologia que foi seguida, tendo encontrado as atas dos três Fóruns do Movimento Associativo no

site da Câmara, mas teve grandes dificuldades, o que a ajudaria certamente a perceber o Plano Municipal que constava da Proposta.

Chamou a atenção para a questão de, a partir da página treze, quando apareciam, pelos eixos, o Programa, o Projeto, os Planos de Ações, o Responsável, os Indicadores, apareciam de seguida as Metas, sendo o seu alerta relacionado com uma questão iminentemente académica, desculpando-se e acrescentando não estar a puxar pelos “galões”, mas para memória futura quem agarrasse no Plano Municipal do Desporto, questionaria, por exemplo, “+10%”, mas 10% de quê? Quando leu o documento e voltou a lê-lo posteriormente, percebeu que, por exemplo relativamente à “Promoção de parcerias na rede”, “Identificar e acompanhar propostas do Movimento Associativo”, “N.º de ações em parceria”, mais 10%, dando a sugestão para ficar efetivamente um documento em termos académicos, o acrescento de mais uma coluna com os Indicadores de base, porque imaginando que as ações de parceria, ou imaginando que todo o trabalho que estava refletido naquele documento, não sendo pouco, dos funcionários da Câmara, chegaram à conclusão que tinham uma média de vinte ações e o que se propunha era mais 10%, considerando que o que colocara parecia algo muito pequeno, mas se os presentes lhe permitissem era a questão que pretendia colocar.

Acrescentou que o que efetivamente pretendia referir na reunião era que se tratava de um Plano Municipal de Desenvolvimento do Desporto, que abrangia quer o Movimento Associativo, quer o Desporto, havendo ficado uma vez mais grata e contente por ser Vereadora sem Pelouro, mas numa Câmara que tinha como pedra basilar o Desporto, o desporto para todos, tendo-se acabado de referir os valores da inclusão, que para si considerava uma questão importante, havendo no entanto algo que gostaria de questionar, que era, que se com aquele Plano Municipal do Desporto, sendo dúvidas que lhe surgiram e sem ter o tempo suficiente para o estudar, o Sr. Presidente terminou de referir que no fundo apontavam políticas municipais no Plano, ficando a dúvida de se seria através do Plano Municipal de Desenvolvimento Desportivo que iriam aferir e avaliar alguns dos Contratos – programa que lhes apareciam, porque na sua opinião, quando referiu anteriormente as metas, e o indicador fora, imagine-se vinte desportistas, e se era apontado no presente Plano Municipal uma meta de mais 20% obviamente que o Contrato-programa a vir a ser celebrado, quando viesse às reuniões de Câmara teria aquele indicador em conta, ou seja, colocando a questão de outra forma, pretendeu ser esclarecida sobre se o Plano Municipal que tinham para aprovação, tinha a ver com a possibilidade de aferir ou entrar mais um item nos Contratos-programa. Partilhou ainda com os presentes, solicitando que não levassem a mal, que quando viu o Plano Municipal de Desenvolvimento Desportivo obviamente refletindo as políticas municipais recordou-se do trabalho de uma pessoa de quem gostava, a Sr.ª Susana Amador, enquanto Presidente de Odivelas realizou, que foi, efetivamente desencadear os Planos Municipais no âmbito das políticas mas que imensuravelmente poderiam vir a ser ligados a uma descentralização que foi adiada e que já discutiram em reuniões bastantes vezes, não para ser implementada em janeiro de 2021 mas falando-se de 2022 se não se enganava. Acrescentou que a proposta efetivamente refletia políticas municipais e que gostaria que lhe respondessem às questões que colocara.

Sr. Vereador Carlos Albino – Questionou se iriam discutir, votar e avaliar o documento em apreciação na reunião em curso ou se existia a possibilidade de a agendarem para a uma próxima reunião.

Sr. Presidente – Respondeu que não via nenhum motivo para não a discutirem na reunião em curso. Comentou que relativamente à descentralização, de facto tinham-se ouvido referências a uma intenção ou de uma iniciativa de prorrogar o prazo de entrada em vigência da descentralização em algumas áreas, sobretudo em duas, que eram as únicas de que se apercebeu, mas até ao momento não foram mais do que notícias no jornal a referir que existia intenção, mas escrito, de deliberação governamental até à data ainda não sucedera.

Sr. Vice-Presidente – Começando pelos Planos Municipais e descentralização, considerou que uma das reflexões que faziam e sobretudo era uma questão muito da CDU e do PCP era que, existia um

problema, que era a universalização, sabendo que a Sr.^a Vereadora Filomena Ventura era sensível ao assunto, um dos maiores problemas dos Planos Municipais era que apenas eram Planos Municipais e no caso dos Planos Desportivos, para não mencionarem outros, existindo um problema com aqueles Planos, que era a ausência de Plano Nacional do Desporto. Quando se falava em descentralização nos termos em que tinham falado e as possíveis articulações existia um problema, que ficava para posterior discussão, que era o da universalidade. A universalidade da inclusão, a universalidade do desporto para todos, que era algo que, no seu entender, estava completamente desligado, mas sendo um trabalho contínuo, poderia eventualmente alterar-se.

Sobre a referência às Jornadas, o que se passou no processo e estava expresso na metodologia fora que no último Fórum, sendo aqueles que iam marcando o passo e o trabalho, existindo as decisões e a ação para o próximo, no último Fórum que se realizou no Vale da Amoreira, não se tendo realizado um outro que pudesse aprovar a ata e o que lá referia, era uma aprovação, ou diria consoante a discussão que fosse realizada, a aprovação de objetivos, valores, metodologia, a ter em conta na realização do Plano, e uma das questões era, portanto, tudo o que vinha a seguir eram as próprias Jornadas e o processo das Jornadas, não constando porque fazia parte do processo, ou seja, o Órgão Jornadas ainda não existia, existindo apenas o Fórum, espécie de Órgão, sendo esse o motivo pelo qual não constava. Aprovado o Plano, provavelmente já considerariam as Jornadas como também um instrumento de participação, como vinha referido na Proposta.

Relativamente à página 13 e aos indicadores de base, refletiram academicamente aquilo que foi referido pela Sr.^a Vereadora Filomena Ventura, colocando que a razão pela qual não constava e qual era a razão pela qual não era um impeditivo, mas ia ao encontro do que fora referido pela Sr.^a Vereadora, era que existia aquele trabalho, mas apenas em parte, não como um todo, ou seja, entre um documento e entre uma avaliação, existia um trabalho que era o de constituição dos indicadores de base que seguia para o próximo, e como tal aquele trabalho seria melhor realizado e concluído, de um trabalho para o outro, ou seja, fizeram onde colocaram as metas, onde estavam mais ou menos certo onde estavam e onde também estabeleciam as prioridades, o que passava para o outro ponto que fora referido pela Sr.^a Vereadora Filomena Ventura, que tinha alguma interferência na avaliação dos Contratos-Programa. Sendo aquele um documento de avaliação global, ou uma metodologia de ação e de avaliação global, tudo aquilo que estava incluído interferia nas prioridades de todos e na ação a ter em conta, em benefício dos munícipes.

Sr. Vereador Carlos Albino – Disse aos Srs. Presidente e Vice-Presidente que um documento daquela envergadura, que visava nortear aquilo que seria a promoção do desporto no concelho da Moita, fosse pela atividade na componente federada, como não federada, obrigava e obrigaria, na sua opinião, a uma grande reflexão, não só com as partes interessadas, mas em Câmara, visto tratar-se de um Órgão plural, que não sendo exclusivo de uma força política e ainda que assim fosse, se quisessem obter um consenso mais alargado, considerou que se deveria abrir à discussão, mas ainda que não o fazendo, voltando a frisar, após a resposta do Sr. Presidente, não considerar de bom-tom um documento daquela natureza ser dado para avaliar com 48 horas corridas. Disse já haver passado o tempo em que entregavam à sexta-feira e tinham o sábado e o domingo, chegando-se na atualidade ao absurdo de serem pouco mais de 48 horas, corridas, para análise de um documento daquela natureza, não querendo dizer que, abdicando do tempo que dispunham para estar com as suas famílias ou abdicando de algumas horas de sono, não se conseguisse ler e até dos conhecimentos que tinham e do acompanhamento que realizavam ao longo do tempo não conseguissem ter uma ideia daquilo que estava em causa, o que pretendeu afirmar foi que não considerava sério que se abrisse uma discussão daquela natureza nos termos em que se estava a realizar, sendo essa questão que considerou importante que ficasse bem clara, porque sabendo bem o próprio aquilo que fora dito no Órgão, não no espaço, quando quiseram abrir nomeadamente a discussão, não a aprovação, foi a discussão de outros Planos Municipais, nomeadamente que não era logo após as GOP, que se aprovavam documentos daquela natureza ou se iniciava a discussão de documentos daquela natureza. Foi o que se disse e se encontrava gravado, tendo visualizado em vídeo, não sendo só as atas, encontrando-se gravado,

recordando bem aquilo que foi dito pelo Sr. Presidente, e no momento, sem qualquer tipo de cuidado, foi-lhes apresentado um documento, com uma discussão como a que se estava a verificar, e “ou querem ou não querem”, considerando que, como todos os presentes desejavam o melhor para o concelho da Moita, bem como importante que se realizasse uma discussão séria, que seria importante rever a posição, ninguém perdendo nada com a questão, ninguém perderia a face com a questão, demonstrando apenas que, ou existia ou não existia, boa vontade.

Sr. Presidente – Reforçou que, aquela matéria, como já havia referido inicialmente, decorria de um trabalho iniciado há bastante tempo, não se tratando de alterar a meio do ano ou um mês depois, nenhuma decisão tomada, nenhum Plano de Atividades, nenhum Orçamento, tratando-se do decurso e da consequência de um trabalho que vinha sendo realizado, com uma discussão bastante abrangente, bastante envolvente, eventualmente uma das mais envolventes que jamais tiveram naquela matéria, com participação de centenas de pessoas, e como tal, estando a cumprir a Lei, que por acaso nem foram os próprios que a fizeram, nem tendo a certeza que a tivessem votado favoravelmente, mas sendo certo que quem podia decidir, decidiu, que a Lei daquela forma estava correta e que os prazos eram aqueles, sendo os camaradas dos Srs. Vereadores do Partido Socialista deputados, que decidiram aquelas questões, que eram a maioria, portanto, prosseguiriam.

Sr. Vice-Presidente – Agradeceu não só aos intervenientes, como aos trabalhadores da Autarquia que eram poucos, e que todos foram envolvidos naquele trabalho.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta submetida a votação, tendo sido aprovada por maioria com três abstenções do PS.

A Sr.ª Vereadora Filomena Ventura apresentou uma declaração de voto, que abaixo se transcreve:

Declaração de Voto

“Em relação à Declaração de Voto, a minha abstenção resulta de não ter tido, de não poder votar de forma plenamente consciente, resulta de não me sentir confortável para em consciência votar completamente a favor desta proposta; por outro lado foi referido, e corretamente e eu compreendo, que o Plano Municipal de Desporto reflete uma política municipal e como devem calcular é efetivamente aqui, algum dos pontos que nos separa.”

E nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Presidente encerrada a reunião, sendo a respetiva ata aprovada em minuta. Eram dezoito horas. E eu, Alda Mouzinho, Coordenadora Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente ata que assino com o Sr. Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas encontram-se devidamente gravadas em formato digital (CD), ficando os mesmos a fazer parte integrante desta ata.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

A COORDENADORA TÉCNICA